

O ATAQUE DO TELEGRAM



Depois do Google desferir golpes contra o PL das Fake News, agora é a vez da empresa sediada em Dubai bombardear o Congresso Nacional. Coube ao STF mais uma vez enquadrar a big tech

Olimpio

focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 15 de Maio de 2023 Nº 95

Hélio Doyle diz que é hora de retomar a comunicação pública

Os suspeitos sinais de riqueza do ajudante do ex-presidente

Lula indica novo diretor para o BC, que mantém os juros altos

Reino Unido vai doar US\$ 100 milhões ao Fundo Amazônia

O Brasil se despede da rainha do rock brasileiro, Rita Lee

ORGANIZAÇÃO

Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira

Inês Patrício

Antonio Carlos F. Galvão

Adhemar Mineiro

Mariano Macedo

Helena Maria Martins Lastres

Cid Olival Feitosa

CARLOS LESSA

O PASSADO E O FUTURO DO BRASIL



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

expressão
POPULAR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE ECONOMISTAS PELA
DEMOCRACIA

ATO DE INAUGURAÇÃO DA NOVA SEDE
 Você que conhece o jornal O Trabalho, comemore conosco seus 45 anos.
 E aproveite para conhecer nossa nova sede.



Jornal O TRABALHO 45 ANOS
 Contribuição para entrada, R\$ 5,00 (o valor de um jornal)

20 mai sábado * **15h**
PRAÇA DA REPÚBLICA, N° 478, SALA 71 - SÃO PAULO

**CONTRIBUA COM A REVISTA
 REVISTA RECONEXÃO PERIFERIAS**

Convidamos ativistas, coletivos e movimentos para contribuírem com a Revista Reconexão Periferias de fevereiro. O tema do mês será sobre as ruas, como espaços de disputa, defesa da democracia e também alegria, nas festas populares do carnaval. **Textos, artigos, fotos, ilustrações, poemas e toda forma de expressão que possa estar consolidada na Revista são bem vindos!**

Envie um e-mail para estudosperiferias@gmail.com para maiores informações.

SERÁ MUITO LEGAL TER A PARTICIPAÇÃO DE VOCÊS!



EXPOSIÇÃO



43 anos
NA LUTA PELA
DEMOCRACIA
BRASILEIRA

focus
BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: David Silva Jr.

Produção: Oficina da Notícia

Colaboradores: Artur Araújo, Bia Abramo, Fernanda Estima, Guto Alves, Isaías Dalle, Nathalie Nascimento, Olímpio Cruz Neto, Paulo Chagas e Pedro Camarão



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
 Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar, Valter Pomar e Virgílio Guimarães

CONSELHO CURADOR

Conselheiros: Ana Maria de Carvalho Ademar, Arthur Chioro, Arlete Sampaio, Azilton Viana, Camila Vieira dos Santos, Celso Amorim, Dilson Peixoto, Eleonora Menicucci, Eliane Aquino, Elisa Guaraná de Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de Oliveira Andrade, Fernando Pimentel, Fernando Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada, José Roberto Paludo, Lais Abramo, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif, Penildon Silva Filho, Sandra Maria Sales Fagundes, Sérgio Nobre, Teresa Helena Gabrielli Barreto e Vladimir de Paula Brito

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário), Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas (Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo (Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres), Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência), Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) - CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338



TELEGRAM AFRONTA CONGRESSO E ATACA O PL 2630

No mais novo capítulo da afronta ao Estado de Direito, a empresa Telegram desfecha duros ataques ao projeto de lei que regula redes sociais, mas volta atrás depois de ser enquadrada pelo ministro Alexandre de Moraes, do STF

Página 12

ENTREVISTA. Presidente da EBC quer fortalecer a comunicação pública

Página 6

PT. Marcelo Freixo volta à legenda pela qual iniciou a carreira política no Rio

Página 19

AMAZÔNIA. Reino Unido doa US\$ 100 milhões para proteção da floresta tropical

Página 25

JUSTIÇA. PF faz nova etapa da Lesa Pátria contra golpistas do 8 de Janeiro

Página 15

BRASIL. Lula retoma o programa Brasil Sorridente e amplia assistência à saúde

Página 20

GOLPE. Há sete anos, Dilma era afastada do poder pelo Senado Federal

Página 29

ARTIGO. Líder Zeca Dirceu reforça a necessidade de regulação das big techs

Página 16

ECONOMIA. Haddad indica braço direito para a diretoria do Banco Central do Brasil

Página 22

HISTÓRIA. Os marcos da cultura: "Grande Sertão, Veredas" e "Terra em Transe"

Páginas 30

SUSPEITO. Os negócios milionários do ajudante de Jair Bolsonaro nos EUA

Página 17

ARTIGO. AGU justifica medida para retomar papel da União na Eletrobras

Páginas 24

LUTO. O país se despede de uma de suas grandes artistas: Rita Lee, 75 anos

Página 34

CARTA AO LEITOR

O NEOLIBERALISMO E A MISÉRIA

Alberto Cantalice

A insistência do Banco Central em manter em patamares pornográficos a taxa de juros é um acinte ao povo brasileiro. Nenhum empresário ou investidor deixará de ganhar 13,75% de juros com o capital na inércia, ao invés de se arriscar em investir na produção ou na aquisição de bens.

A remuneração dos títulos da dívida pública brasileira tem sido ao longo dos anos o principal indicador da extrema concentração da renda e da riqueza no país. A contínua e renitente alta da taxa de juros nos coloca como uma das nações mais desiguais do mundo, índice que nos envergonha a todos.

O legado deixado pelos governos Temer e Bolsonaro produziu a tragédia de 33 milhões de cida-

ãos brasileiros em situação de gravíssima insuficiência alimentar. Eufemismo para a proliferação da fome.

O baronato brasileiro, tendo à frente o presidente do BC, Roberto Campos Neto, é insensível ao panorama vivido pelas camadas populares. Não enxergam as ruas e avenidas do país cheias de miseráveis e pedintes. O pleno emprego, que é uma das missões do BC "independente", é completamente ignorado pela atual gestão, que a despeito de conter a inflação garroteia a economia nacional asfixiando o desenvolvimento do país.

O quase consenso construído no Brasil para que se abaixe a taxa Selic, além de ignorado, é tratado com certo pouco caso por Campos Neto. Afilhado político derrotado em 2022, o atual presidente do BC tudo faz para que

os esforços da equipe econômica do presidente eleito não tenham êxito e que estes não consigam o estabelecido no programa de governo de Lula.

É preciso frisar que cada ponto percentual a menos na taxa de juros representa a bagatela de R\$ 75 bilhões de economia para o Tesouro Nacional. Esses bilhões que deveriam estar aquecendo o ambiente econômico, gerando empregos e renda, estão sendo drenados para o rentismo e engordando o patrimônio de quem já tem muito.

Manter esse patamar de juros pode ser considerado como um crime de lesa-pátria. É inadmissível tamanha insensibilidade com a miséria brasileira. Não dá mais para achar natural esse estado de coisas. Não foi isso que o povo escolheu nas últimas eleições. Não é só boicote. Tem cara, corpo, jeito e cheiro de má-fé!



PC

“A COMUNICAÇÃO PÚBLICA AINDA ESTÁ ENGATINHANDO”

Presidente da EBC, veterano homem de imprensa com passagens por diversos veículos da mídia corporativa e professor da UnB, Hélio Doyle diz que é preciso separar a comunicação de interesse público da governamental. E aponta que os desafios para retomar a comunicação de governo são enormes. “Uma coisa é comunicação pública, outra coisa é a prestação de serviços ao governo”, aponta

Bia Abramo

O jornalista Hélio Doyle pegou um touro pelos chifres quando foi convidado a presidir a Empresa Brasileira de Comunicação (EBC). Foco de um desmonte iniciado ainda no governo de Michel Temer (2016-2018), após o Golpe de 2016, com o impeachment fraudulento de Dilma Rousseff, a EBC foi alvo também das tentativas de sucateamento e privatização na gestão Bolsonaro.

A empresa, que tem emissoras de TV e de rádios, além de agência de notícias, concentra tanto a parte da comunicação institucional do governo como ensaia, desde

que foi criada em 2008, a criação de um modelo inédito e brasileiro de jornalismo público.

Em um país sem tradição de comunicação pública, os desafios da reconstrução de um projeto que separe a comunicação estatal do serviço público no qual não prevaleça apenas a divulgação de solenidades oficiais são enormes.

“Uma coisa é comunicação pública, outra coisa é a prestação de serviços ao governo”, diz o veterano jornalista. Ex-presidente do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal, também professor da Faculdade de Comunicação da UnB por 28 anos, Doyle tem nas mãos uma enorme tarefa. Leia aqui os

principais trechos da entrevista concedida à Focus Brasil.

Focus Brasil – Sabemos o quanto a EBC foi esvaziada e sucateada no governo anterior e imagino que a tarefa de reconstrução seja gigantesca. Você poderia comentar em linhas gerais como está sendo esse processo?

Hélio Doyle – Como você disse, a EBC sofreu muito nos dois governos anteriores, ou seja, com [Michel] Temer e [Jair] Bolsonaro. Havia uma nítida má vontade com a empresa por parte do Temer, que já pensava mesmo na privatização. E Bolsonaro tentou concretizar, ou pelo menos, manifestou a intenção



de concretizar a venda da EBC. A partir disso, o que houve foi uma tentativa de sucatear a empresa. Como um exemplo disso, você coloca a empresa na lista de privatizações e abre ao mesmo tempo um plano de demissão voluntária. Qual é o resultado disso? As pessoas querem entrar no plano de demissão voluntária, porque elas imaginam que a empresa vai acabar. Com isso, a EBC perdeu cerca de 500 empregados concursados, o que hoje faz muita falta.

Estabelecemos como prioridade consertar uma das coisas muito negativas feitas pelo Bolsonaro e pelo Temer, que foi juntar a comunicação pública com a comunicação governamental. Antes deles, a EBC tinha a TV Brasil e a NBR, emissora de tevê para prestar serviço ao governo. Bom, eles juntaram isso. Nós entendemos que separar, voltar a separação como uma reivindicação da sociedade civil, uma reivindicação do próprio grupo de transição do governo

Lula, do qual participei. Uma coisa é comunicação pública, outra coisa é a prestação de serviços ao governo. E para fazer essa separação, a gente teve que mexer na estrutura da empresa.

Queremos dar grande ênfase à comunicação pública, mas, ao mesmo tempo, temos a obrigação até contratual de prestar serviços ao governo.

– O que vocês pensam que é o jornalismo público para o Brasil contemporâneo? Vocês estão trabalhando em cima de algum modelo conhecido, como a BBC, por exemplo?

– Estamos fazendo exatamente essa discussão aqui. O jornalismo público, na nossa concepção, é o jornalismo que presta serviço ao público de interesse público. Ou seja, ele deve ser autônomo, deve ser independente. Ele não é um jornalismo, vamos dizer assim, partidário, nem um jornalismo que defenda interesses empresariais.

Agora, como se faz isso? É complicado, é complicado. Estamos discutindo bastante isso aqui dentro da EBC: qual é o caminho que a gente quer fazer? Estamos, por exemplo, concebendo um novo telejornal, tanto no sentido da sua forma como do conteúdo. Vamos manter o telejornal que a empresa já tem, o Repórter Brasil, mas vamos dar um novo formato a ele, que será inclusive mais longo, de uma hora e meia, diversificado, com quadros de interesse público.

A EBC foi criada com essa concepção da comunicação pública, mas, na verdade, embora existam muitos estudos teóricos e muita gente na academia tratando desse tema já há alguns anos e, ainda que a gente tenha referências nas emissoras públicas do exterior, como a CPC do Canadá, que passa por um momento crítico, a PBS dos Estados Unidos, a BBC do Reino Unido, a RTP de Portugal, a NHK no Japão, não temos como seguir um modelo só sem pensar

na realidade brasileira. Ou seja, tem vários modelos vindos desses países que citei, mas a realidade brasileira é bem distinta.

Não é uma questão resolvida, não é aquela questão que você consulta um manual dizendo que assim é o jornalismo público. Vamos ter que debater muito ainda e tentar encontrar o caminho, caminhando. Temos bastante convicção de que não é uma questão resolvida e, por isso, é uma questão que nós temos que ajudar a resolver. E temos na EBC um importante instrumento para isso, porque a comunicação pública não é só feita pela EBC: tem as tevês universitárias, as educativas, as culturais, todas as tevês comunitárias... Todas essas fazem também comunicação pública. Além de televisão, nós temos aqui na EBC emissoras de rádio, agência de notícias... Temos de pensar a comunicação pública também para esse ambiente do rádio, para o ambiente de uma agência de notícias.

– Quais são os principais planos na área do jornalismo? E para a área de documentários?

– Uma das características da comunicação pública é que, embora a audiência não seja prioritária, ela é importante também. A gente não quer ficar fazendo aqui rádio, televisão para ninguém assistir e ninguém ouvir. Audiência é importante, mas não é a preocupação principal. A gente tem um processo de busca da audiência. Vou dar um exemplo muito batido: dizem que o povo não gosta de música clássica, que a música clássica é só para elite. Agora, quando você faz um concerto público de música clássica na rua, as pessoas adoram, ficam embevecidas. Qual é a conclusão que a gente tira disso? E o que falta é você entregar a música clássica à população.

Agora, como isso ou qualquer outra manifestação cultural menos óbvia entra no ambiente comercial

de rádios, televisões comerciais que tem como única preocupação a busca da audiência? Porque é a audiência que rentabiliza essas emissoras financeiramente e, se não há audiência para a música clássica, as emissoras não vão criar um público. Isso demora, leva tempo para desenvolver o gosto do público por alguma coisa. Então, as emissoras dão o que o público quer. Essa lógica não é a da comunicação pública, é o contrário. A comunicação pública que busca audiência, mas também pode

A COMUNICAÇÃO PÚBLICA NÃO É SÓ FEITA PELA EBC: TEM AS TEVÊS UNIVERSITÁRIAS, AS EDUCATIVAS, AS CULTURAIS, TODAS AS TEVÊS COMUNITÁRIAS...

criar uma audiência qualificada. E quando eu falo de audiência qualificada, não é no sentido de uma audiência classista, mas uma audiência que busque coisas boas. Temos que mostrar isso, temos de ter a preocupação, mas temos que ter uma preocupação também com a relevância da programação, com a qualidade da programação, com o conteúdo educativo, cultural dessa programação e tudo isso sabendo que, no início, a audiência vai ser pequena, mas ela vai crescer, ela tende a crescer

naturalmente à medida que a gente amplia a nossa rede, que é uma outra preocupação que temos. É muita coisa, muita coisa. Ampliar a rede nacional de televisão pública e a rede nacional de rádio pública é um dos objetivos que temos. Estamos trabalhando já para isso, para tentar ampliar, para chegar ao país inteiro. É preciso chegar ao país inteiro, cultivar uma audiência e ganhar essa audiência. Para isso, temos que ter também ações de marketing, de comunicação, que é outra preocupação nossa, dar uma melhorada nesse setor da EBC para que possa trabalhar melhor os nossos produtos. Agora, temos restrições orçamentárias, a EBC é uma emissora dependente do orçamento e a gente quer, inclusive diminuir isso, mas também tem entraves para isso. Temos uma contribuição das empresas de telefonia que até hoje não é uma questão bem resolvida.

Existe a lei, que diz que essas empresas deveriam contribuir ou um percentual disso viria para a comunicação pública. Mas é uma questão que até hoje está pendente de decisões judiciais, porque empresas recorreram, algumas depositam em juízo, outras já começam a depositar. E, ao mesmo tempo, o governo federal retém parte desses recursos. Cada uma dessas questões é muito complexa. A gente quer fugir dessa dependência total de orçamento, a gente quer captar recursos. Podemos ter publicidade de patrocínios institucionais. Não podemos ter serviços e produtos, mas podemos ter patrocínios institucionais. Eu estive agora em Lisboa e visitei a RTP. A empresa tem oito canais de televisão. Em um deles você pode ter propaganda comercial. A gente tem uma legislação também muito restritiva, talvez muito por pressão das emissoras privadas, que não querem que o bolo seja e seja mais distribuído. É uma gama tão grande de problemas...

Eu já te falei de financiamento, da expansão da rede, tudo isso precisa de orçamento... Para você ter uma nova programação, precisa ter dinheiro, seja para produzir, seja para comprar. Temos que trabalhar dentro do orçamento que temos e recebemos a EBC com o orçamento muito baixo, deixado pelo governo anterior. Estamos tentando agora uma suplementação orçamentária que também não é fácil de conseguir, mas estamos tentando ver se a gente melhora. Sabemos que tudo isso não acontece num estalo, que vai ser aos poucos. Temos que caminhar passo a passo para construir essa comunicação pública, para reconstruir a EBC, para reconstruir a TV Brasil, para ir na direção de uma Agência Brasil que a gente quer para melhorar, a Rádio Nacional, a Rádio MEC...

– **Que lugar o jornalismo de serviço está aí nessa concepção de jornalismo público? Tem um tipo de informação que até chega pela tevê comercial, mas às vezes chega pela metade ou de um jeito distorcido. Qual é a especificidade do serviço na comunicação pública?**

– Essa é uma preocupação grande e a gente sempre fala disso aqui. Não basta fazer uma matéria dizendo que o governo está retomando o Minha casa, Minha Vida, qual é o orçamento etc. Você tem que dizer para as pessoas quem tem direito acessar o MCMV, quem tem direito a buscar, como é que faz, qual é o caminho que vai ter para chegar lá. Tanto a televisão quanto o rádio podem contribuir muito com isso. É assim em relação a tudo, né? Não basta dizer que vai vacinar, tem que dizer onde é que elas podem vacinar, qual o horário... Eu estou dando exemplos prosaicos, mas para dizer mais claramente: não basta dar a notícia, tem que dizer como é que a pessoa se liga a essa notí-

cia. Eu acho que esse aí é o papel que a gente pode ter, desenvolver com bastante consistência, porque o elemento humano para isso a gente tem. A questão é saber organizar, como transmitir esse tipo. Eu concordo com você: jornalismo é basicamente serviço.

– **E a cobertura da diversidade cultural do Brasil? Como vocês estão pensando?**

– Olha, uma das preocupações que a gente tem tido e tem discutido, inclusive com as chamadas

A COMUNICAÇÃO DO GOVERNO É FUNDAMENTAL. TODO GOVERNO PRECISA DE COMUNICAÇÃO, MAS ESSA COMUNICAÇÃO NÃO É MISSÃO DA EBC

emissoras afiliadas, é regionalizar mais nossa programação, inclusive os telejornais. Só que aí temos um alcance de estrutura limitado. Temos uma sede em Brasília, um centro de produção no Rio e um escritório em São Paulo. Temos uma pequena coisa no Maranhão. Mas não temos condições de ficar mandando equipe para cá, para lá, não temos como captar no país inteiro. Esse custo é muito alto.

Contamos muito com a rede de afiliadas, que são basicamente tevês estaduais, educativas, universi-

tárias e rádios também para possibilitar essa regionalização. O Pará, por exemplo, tem uma afiliada de um certo peso e, por isso, podem contribuir com a gente mandando coisas da cultura regional, mandando matérias localizadas no Pará que possam ter um interesse nacional, manifestações culturais, eventos que ocorram lá. O mesmo pode acontecer com a Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul... A gente quer ir além do eixo Rio-São Paulo-Brasília, tanto na recepção de nossos sinais de rádio e tevê quanto na recepção de material produzido nesses estados.

– **A comunicação não é o centro nervoso de um governo. A gente sabe que no caso deste governo ou de qualquer outro governo progressista, nesse cenário que se desenhou a partir do Golpe de 2016, boa parte da batalha está na comunicação. Qual o papel político da EBC nessa perspectiva?**

– A comunicação do governo é fundamental. Todo governo precisa de comunicação e essa comunicação não é missão da EBC. Tem a Secretaria de Comunicação da Presidência da República, à qual estamos vinculados. Existe o sistema de comunicação do governo federal, que envolve ministérios, autarquias e os órgãos públicos de modo geral. E eu acho que o governo tem que ter uma estratégia de comunicação completa. Onde entra a EBC nisso aí? Eu acho que aí ela entra como a distribuidora, a difusora da comunicação governamental.

– **Por quê?**

– Porque temos contrato com a Secretaria de Comunicação da Presidência. Por meio desse contrato, agora vamos recuperar o que temos aqui, que é o canal dois, que estamos chamando provisoriamente de canal gov. Vai ser um canal para que o governo pos-

sa transmitir as agendas oficiais e o que mais achar necessário. Nesse momento, no Palácio do Planalto está acontecendo uma solenidade relativa à saúde bucal. Então, isso vai passar no canal dois. O presidente Lula vai falar? O canal dois transmite. O ministro [Fernando] Haddad ou o ministro [Geraldo] Alckmin vão dar entrevista? O canal dois transmite. Podemos até ter programas ligados à comunicação governamental. Esse é o papel que a EBC pode ter em relação à estratégia de comunicação do governo. Ela é uma difusora. Tem ali um canal de televisão, tem uma agência de notícias em que se pode transmitir livremente o conteúdo. Agora, acho que o problema que este governo tem, tudo bem, é a comunicação e esse é um problema do governo. Mas nós temos um problema maior do país, que é a informação, a informação correta. Estamos vivendo essa profusão das chamadas fake news, dos boatos, das notícias falsas, das mentiras espalhadas pela internet – e não só pela internet, pela televisão, por emissoras de rádio, por jornais. As mentiras estão vindo e em vários veículos. A internet, claro, dá uma propagação maior, mais rápida, mais instantânea, atinge mais, mas as chamadas fake news não estão restritas às plataformas na internet. Então, qual é o papel? Onde é que você pode entrar dando a informação correta, contribuindo para a informação certa e para não difundir fake news? E combater as fake news, mostrando: olha, isso aqui é mentira, foi isso que aconteceu realmente, dando as fontes, mostrando a base, o contexto dessa informação. Eu vejo, portanto, esses dois papéis, acho que a EBC, por intermédio de seus canais rádio e televisão, mas também da agência, pode contribuir para aumentar o nível de informação correta da população, por um lado. E ela pode contribuir como

uma emissora dependente do governo, cujo único acionista é a União Federal.

– A batalha contra a imprensa corporativa é desigual. Como é que a comunicação pública pode vencer essa batalha ou pelo menos impedir que o campo de batalha da comunicação esteja sempre dominado pelo discurso da imprensa corporativa?

– Eu parto do princípio que vivemos num país capitalista. O Brasil é um país atrasado no seu capita-

HÁ UMA PROFUSÃO DAS CHAMADAS FAKE NEWS, BOATOS, MENTIRAS ESPALHADAS PELA INTERNET — E NÃO SÓ PELA INTERNET, TEM TEVÊ, RÁDIOS E ATÉ JORNAIS

lismo e cujo capitalismo não conseguiu ainda chegar ao nível de outras nações. Em qualquer país capitalista há uma óbvia tendência de predominância do mercado, do poder do produto dentro do setor empresarial, daqueles que detêm o poder econômico. Acho muito difícil, num país como o nosso, que a comunicação pública se sobreponha à comunicação privada. E a gente viu isso, inclusive na Europa. Quando terminou a Segunda Guerra, todos os países europeus criaram seus canais pú-

blicos e a televisão era pública, mas não conseguiram manter isso.

Chegou num determinado momento em que foram abrindo o espectro dos canais também para emissoras privadas. E essas emissoras privadas acabaram dominando o mercado, embora as emissoras públicas em vários desses países tenham ainda um peso muito grande. Por que? Porque elas têm uma tradição, elas têm uma história e elas têm meios de financiamento que garantem a sua manutenção. A realidade é que no Brasil, esse cenário é muito diferente e é muito distinto. E, mesmo hoje, não há ainda uma compreensão toda desses modelos.

Na Europa, grande parte da população desses países no pós-Segunda Guerra se acostumou a ter a comunicação pública e passou a entender a comunicação pública. Aqui, no Brasil, nunca tivemos isso. A EBC foi criada em 2008. Foi indo lentamente, mas teve sua trajetória interrompida em 2016 e está recuperando agora.

– Não temos, na sociedade, essa visão da importância da comunicação pública?

– A realidade é que não tem. Então, é uma luta desigual e vai continuar sendo desigual porque o poder econômico predomina. Temos que buscar espaço e tentar, como disse, aos poucos, conquistando espaço, audiência e públicos. Agora, entendendo o ambiente no qual estamos atuando, sem ilusões, ou seja, que estamos no capitalismo, em grande parte ainda predatório. Ainda temos trabalho escravo, condições análogas à escravidão no país, violência, terras conquistadas no campo graças a ações violentas. O capitalismo é na base da força, não é só do poder econômico, é também da força de exercer seu poder de dominação. Isso se reflete na imprensa. Quando você vê toda essa imprensa que você chamou de corporativa,

defendendo o Banco Central com juros de 13,75%...

– **E está defendendo isso...**

– Porque defende os interesses do mercado financeiro, defende os interesses dos rentistas, daqueles que ganham com o juro alto, não defende os interesses daqueles que são prejudicados por esses juros altos. Isso é o melhor exemplo para mim da submissão desses meios de comunicação ao mercado financeiro, porque quem é quem o sustenta. A gente está vendo e cada vez mais portais, portais de notícia na internet, de meios de comunicação, de revistas sendo comprados pelo capital financeiro, tendo seu controle acionário vindo do capital financeiro... São diversos exemplos... É uma luta constante e a gente não tem que se submeter a isso, mas construir espaços. Esse é o papel que a gente tem aqui

– **Como é que você está vendo aí essa briga da PL 2630 e a interferência das big techs?**

Como conter essa proliferação de mentiras e discurso de ódio?

– É interessante esse PL das fake news. Ele causa polêmica, vamos dizer assim, nos setores à esquerda e à direita. Dentro da própria esquerda, há diversas visões sobre o PL e dentro da direita também há, e muitas delas por incompreensões. O que eu acho até compreensível, tendo em vista a novidade do tema. Apesar de estar na sociedade há muito tempo, ainda tem muita coisa nova. O poder dessas big techs é um negócio que está afetando o mundo inteiro. De repente, o Poder Judiciário no Brasil não consegue controlar uma empresa cuja sede é no exterior. É uma série de fatores, mas primeiro é essencial ter esse controle. É essencial que haja normas que impeçam a proliferação de fake news. Você vê essa história do Google: digitava Lula coroação,

vinha Lula corrupção. Quer dizer, essas coisas não podem acontecer. É isso aí, não pode acontecer, seja Google ou seja lá quem for. Por isso, o projeto é necessário.

Há diversos pontos que criam dificuldades para que ele seja aprovado no Congresso. Uma das questões é a remuneração, a remuneração dos jornalistas, dos atores, das atrizes... Essencial é aprovar o projeto e discutir bem as minúcias dos detalhes. Eu não acho, por exemplo, essa questão da remuneração um mero de-

O PODER DAS BIG TECHS ESTÁ AFETANDO O MUNDO INTEIRO. O JUDICIÁRIO NÃO CONSEGUE CONTROLAR A EMPRESA COM SEDE NO EXTERIOR

talhe. Não acho que seja o mais importante, mas você tem que encontrar um caminho que seja adequado a todos. Não é só para remunerar a imprensa corporativa. O ideal é remunerar todos aqueles que produzem informação e as plataformas ganham dinheiro às custas dos jornais, do jornalismo, da imprensa, dos produtores de conteúdo, dos atores, das atrizes que produzem conteúdo cultural, educativo... Estão faturando em cima. Então eu acho que tem que encontrar realmente

uma solução para isso. Mas como tudo no Congresso hoje está muito complicado, por que é um Congresso majoritariamente conservador, de direita e com alguns vieses não muito republicanos em relação ao trato dos recursos públicos, em relação aos privilégios... Então, é complicado. É uma coisa que precisaria... Na minha opinião, seria necessário uma grande reforma política no Brasil para dar mais governabilidade. Mas isso não vai acontecer.

– **Se você pudesse produzir o programa dos seus sonhos na EBC, com orçamento adequado e pudesse começar a fazer amanhã, qual seria?**

– Como sou jornalista, não só de formação como passei a maior parte da vida dentro de uma redação, tenho uma tendência a buscar a linguagem jornalística, vou falar mais de um telejornal. Imagino um telejornal que seja realmente informativo, que dê a informação correta, que faça as análises corretas.... Acho importante deixar isso bem claro: fui professor de uma disciplina na UnB que chamava Análise e Opinião e eu fazia questão de mostrar aos alunos a diferença entre análise e opinião. Então, esse telejornal teria análises consistentes, que mostrassem o contexto, que entendesse aquele fato na conjuntura, que prestasse muito serviço às pessoas e que fosse diversificado nos temas... Com quadros que não fossem aquela coisa cansativa de dois, dois locutores falando, falando, falando e mostrando uma imagem de vez em quando... Agora falar tudo isso é fácil, o difícil é fazer por conta das limitações de recursos. Tem várias ideias aqui rolando e que estão começando a tentar se concretizar. Algumas vamos implementar logo a curto prazo, já. E a partir de junho, julho já vamos ter novidades. •

CAPA



O TELEGRAM MOSTRA AS SUAS GARRAS

A falta de escrúpulos das grandes empresas de tecnologia se escancara. Depois do Google se voltar contra a PL das Fake News, agora é a vez da big tech de Dubai desferir um golpe contra o Congresso. Mas a plataforma foi imediatamente enquadrada pelo STF. É chegada a hora de discutir a regulação das redes sociais e colocar limites

Entre avanços e recuos, nas últimas três semanas, o Brasil assistiu às grandes corporações de tecnologia partirem para uma ofensiva na tentativa de minar a legitimidade do Congresso Nacional em regular o setor, no esforço de reduzir a desinformação e cessar os discursos de ódio promovidos pelo bolsonarismo nos últimos quatro anos. Depois do Google lançar uma campanha contra o Projeto de Lei 2630/2020 e ter de ser contido pelo Supremo Tribunal Federal, na semana passada foi a vez do Telegram lançar uma campanha aberta contra o projeto das fake news.

Na terça-feira, 9, a plataforma sediada em Dubai, nos Emirados Árabes, enviou uma mensagem a todos os seus usuários afirmando que “o Brasil está prestes a aprovar uma lei que irá acabar com a liberdade de expressão”.

A reação foi imediata, no parlamento, deputados e senadores alertaram que o ataque era inaceitável. Na quarta, 10, o ministro Alexandre de Moraes, do STF, determinou à plataforma que apagasse a mensagem crítica ao projeto. E destacou: se a decisão não fosse

cumprida em 72 horas, o aplicativo será suspenso em todo o território nacional. No mesmo dia, o Telegram apagou a mensagem.

A decisão de Moraes é dura: “A conduta do Telegram configura, em tese, não só abuso de poder econômico às vésperas da votação do projeto de lei, por tentar impactar de maneira ilegal e imoral a opinião pública e o voto dos parlamentares – mas também flagrante induzimento e instigação à manutenção de diversas condutas criminosas praticadas pelas milícias digitais investigadas no inquérito 4.874, com agravamento dos riscos à segurança dos parlamentares, dos membros do Supremo Tribunal Federal e do próprio Estado Democrático de Direito, cuja proteção é a causa da instauração do inquérito”.

Moraes ainda determinou ao Telegram que enviasse nova mensagem a todos os usuários, com o seguinte conteúdo: “Por determinação do Supremo Tribunal Federal, a empresa Telegram comunica: A mensagem anterior do Telegram caracterizou flagrante e ilícita desinformação atentatória ao Congresso Nacional, ao Poder Judiciário, ao Estado de Direito

e à Democracia Brasileira, pois, fraudulentamente, distorceu a discussão e os debates sobre a regulação dos provedores de redes sociais e de serviços de mensagem privada (PL 2630), na tentativa de induzir e instigar os usuários a coagir os parlamentares”.

A presidenta do PT, deputada federal Gleisi Hoffmann (PR) questionou a campanha da plataforma, criada há 10 anos pelos irmãos Nikolai e Pavel Durov, os fundadores do VK, a maior rede social da Rússia. “Falando em liberdade! Leram o projeto? De que liberdade estão falando? De cometer crimes? Incitar a violência? Mentir? Aliás na mensagem do Telegram várias fake news como a que o governo tem poderes de censura”, criticou.

O ministro da Justiça, Flávio Dino, elogiou a decisão do ministro Alexandre de Moraes. “É um passo importante para fixação de balizas regulatórias a tais empresas. O faroeste digital é incompatível com a Constituição”, disse. Dino se surpreendeu com a ferocidade da plataforma. “O que pretendem? Provocar outro 8 de janeiro?”, questionou. E alertou que o governo federal não se deixaria



intimidar: “Providências legais estão sendo tomadas contra esse império de mentiras e agressões”.

As grandes corporações de tecnologia, como Google e Telegram, querem permanecer lucrando de qualquer maneira, sem limitações ou responsabilidades legais pela promoção de discursos anti-democráticos ou que recorrem ao uso da violência. O Telegram foi longe demais ao afirmar que o projeto daria ao governo “poderes de censura sem supervisão judicial prévia”. No Congresso, parlamentares do PT perceberam que a própria “campanha” contra o projeto configura em si mesmo uma peça de fake news e desinformação. Afinal, o texto do projeto de lei não dá ao governo ou outro órgão admi-

nistrativo o poder de determinar que conteúdos possam ser removidos das redes. O que o projeto define são obrigações às plataformas.

Entre as determinações do PL 2630/2020, que nada têm a ver com “censura”, o texto da lei traz orientações sobre como combater a disseminação de posts criminosos que infestam as redes sociais. “Todas essas atividades ilegais, operadas através dessas plataformas, geram muito lucro. Deve ser por isso que elas quase sempre se negam a colaborar com as investigações”, advertiu o deputado federal (PT-SP) Jilmar Tatto. “É por isso que países do mundo inteiro regulamentam o app”, afirmou o secretário Nacional de Comunicação do PT. •

**DINO APOIOU
A DECISÃO
DE MORAES,
ENQUADRANDO
O TELEGRAM: “O
FAROESTE DIGITAL
É INCOMPATÍVEL
COM A
CONSTITUIÇÃO”**

OS PRINCIPAIS PONTOS DO PROJETO

- É dever das plataformas vetar contas inautênticas
- Obrigação de divulgar relatórios trimestrais de transparência sobre moderação de conteúdos
- Cria a possibilidade de provedores criarem instituição de autorregulação
- Multa de até 10% do faturamento do grupo econômico no Brasil em caso de descumprimento na lei
- Punição por conteúdos com violações à Lei do Estado Democrático, como incitação a golpe, e de direitos da criança e do adolescente; as penas podem ir de advertência a bloqueios
- Responsabilidade civil das plataformas por qualquer conteúdo impulsionado ou monetizado
- Transparência dos algoritmos de recomendação de conteúdo
- Remuneração de conteúdos jornalísticos pelas plataformas

NOVA AÇÃO CONTRA GOLPISTAS

PF faz busca e apreensão contra financiadores dos ataques de 8 de Janeiro. Nova fase da Operação Lesa Pátria executou 22 mandados de busca e apreensão em São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraná

O cerco aos golpistas continua sendo executado pela Polícia Federal por determinação do Supremo Tribunal Federal. Na quinta-feira, 11, a Polícia Federal executou mais uma fase da Operação Lesa Pátria, que tem como missão identificar os incentivadores e financiadores dos atos terroristas ocorridos em 8 de janeiro contra as sedes dos Três Poderes.

Foram realizados pela PF um total de 22 mandados de busca e apreensão em São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraná. Entre os alvos da operação estão empresários, produtores rurais e colecionadores de armas, atiradores e caçadores esportivos, os chamados CACs. Um dos mandados é contra o produtor rural Geraldo Cesar Killer, que apareceu como doador de R\$ 10 mil para a campanha de Jair Bolsonaro. Na casa de Killer, em Bauru (SP), agentes apreenderam grande quantidade de dinheiro vivo.

No Mato Grosso do Sul, um dos alvos é o empresário Adoílto Fernandes Coronel, de Maracaju. O nome dele já estava nas investigações da PF como suposto financiador dos atos golpistas em uma lista de 53 pessoas físicas e sete jurídicas divulgada pela Advocacia Geral da União (AGU) em fevereiro. Todos tiveram as contas bloqueadas. O empresário está na

lista de pessoas que terão que ressarcir R\$ 20,7 milhões aos cofres públicos pelos atos de vandalismo.

Coronel é proprietário da Madeportas, empresa de materiais de construção, e também ocupa a cargo na diretoria da Associação Empresarial de Maracaju. Ele teria financiado uma caravana da cidade que levou 56 pessoas a Brasília em 8 de janeiro. Os policiais apreenderam um arsenal de armas na casa do empresário. O STF também determinou o bloqueio de bens de Coronel e dos 22 alvos da operação.

17

inquéritos foram abertos pela PF para apurar as responsabilidades pelos ataques contra as instituições em 8 de janeiro

“Foi determinado o bloqueio de bens, ativos e valores dos investigados até o limite de R\$ 40 milhões para cobertura e ressarcimento dos danos causados ao patrimônio público”, informou a PF.

“Os fatos investigados constituem, em tese, os crimes de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado, associação criminosa, incitação ao crime, destruição e deterioração ou inutilização de bem especialmente protegido”, diz trecho do documento.

Desde a sua primeira fase, a Operação Lesa Pátria já cumpriu 69 mandados de prisão, sendo 65 de prisão preventiva e quatro de prisões temporárias, além de 174 mandados de busca e apreensão. Até agora também já foram instaurados 17 inquéritos. • **Agência PT**

BOLSONARISTAS CONDENADOS POR TERRORISMO

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDF) condenou, na quinta-feira, 11, dois acusados de participar da tentativa de explosão de uma bomba perto do Aeroporto Internacional de Brasília na véspera do Natal de 2022. Apoiadores de Jair Bolsonaro, George Washington de Oliveira Sousa e Alan Diego dos Santos Rodrigues permanecerão presos.

O juiz Osvaldo Tovani, da 8ª Vara do TJDF condenou Sousa a nove anos e quatro meses de prisão em regime fechado. Já Rodrigues foi condenado a cinco anos e quatro meses. Ambos foram condenados por crimes de explosão, causar incêndio e posse arma de fogo sem autorização.

Tovani considerou que Sousa premeditou o crime e afirmou que os dois acusados se conheceram no acampamento montado em frente ao quartel do Exército, em Brasília, por apoiadores do ex-presidente. No caso de Rodrigues, a decisão afirma que ele foi o responsável pelo acionamento da bomba, que não chegou a ser detonada por erro na montagem do artefato.

Por decisão do magistrado também ficou decidida a prisão dos acusados, diante da periculosidade dos fatos que envolvem ambos. “Não há fato novo que justifique a revogação do decreto prisional. As circunstâncias dos fatos indicam periculosidade concreta, presente, ainda, a necessidade de preservar a ordem pública, mantenho a prisão preventiva de ambos os acusados”, decidiu. • **Agência PT**

COMBATE À CIBERBARBÁRIE

O PL das Fake News alinha o Brasil aos países que perceberam o potencial ofensivo da internet e das plataformas. País precisa ter lei para pôr fim à terra de ninguém que se tornaram as redes sociais

Zeca Dirceu

Am e n s a - gem criminosa do Telegram, disparada em massa para milhões de brasileiros, contra o projeto de lei (PL 2630/20) que regulamenta as plataformas digitais, comprovou definitivamente a necessidade de o país ter um novo marco legal para regular a atuação das empresas do setor. Não se trata de censura, como afirmam tanto segmentos motivados por ideologia e interesses políticos como as chamadas big techs, cujo único objetivo é o econômico.

O PL das Fake News alinha o Brasil aos países que perceberam o potencial ofensivo da internet e das plataformas digitais, estabelecendo legislação para pôr fim à terra de ninguém que se tornaram as redes sociais. A União Europeia, por exemplo, aprovou um conjunto de regras para controlar o poder de gigantes do setor de tecnologia, como Google, Amazon, Apple, Facebook e Microsoft. Ninguém, em sã consciência, vai tachar a UE de regime ditatorial.

As plataformas digitais, como atuam hoje, não são responsabilizadas pela facilitação de práticas de crimes e diferentes delitos. São usadas para o estímulo ao ódio, disseminação de mentiras,



ataques à democracia, racismo e até indução ao suicídio. Quantas famílias já foram atingidas diretamente por práticas criminosas. Quantas crianças já morreram por causa das redes sociais?

Sem controle e responsabilização das plataformas pela difusão de mentiras e fake news, famílias continuarão a ser atingidas, ataques sórdidos a valores civilizatórios permanecerão, solapando a convivência entre as pessoas.

As redes sociais, mal utilizadas, também influenciam, por exemplo, os resultados das eleições, com o disparo de mensagens criminosas, negacionistas e terroristas que espalham ódio e desinformação. Todo esse cenário é preocupante. É urgente pôr um fim à ciberbarbárie, até mesmo para garantir a saúde mental dos brasileiros, diariamente submetidos a um turbilhão de mensagens sórdidas e antidemocráticas.

As empresas do setor lucram com mensagens de ódio e desinformação, com pessoas, principalmente agentes políticos, que postam mentiras nas redes só para lacrar e ganhar likes e seguidores. Na internet podem-se encontrar educação, cultura, jogos, diversão, informação, conhecimento, entre outras atividades saudáveis.

Mas, infelizmente, com a omissão das big techs, o ambiente vir-

tual vem sendo usado por diferentes tipos de criminosos para tramar de golpes, derrubadas de governos, assassinatos. Estimulam-se o medo e até terríveis massacres, como os que presenciemos há pouco em escolas no Brasil.

A internet não pode ser uma terra sem lei. Quem comete crimes tem que pagar e quem lucra com esses crimes também tem que ser responsabilizado. Essencialmente, esse é o projeto de lei das fake news. Nenhuma linha sobre censura. Nenhum versículo da Bíblia, obviamente, será censurado. Nenhuma manifestação religiosa será coibida.

A mentira foi usada para cometer ou encobrir crimes e, lamentavelmente, "uma parte do Congresso Nacional tem-se recusado a votar projeto de combate às fake news. Não é um PL de governo, de oposição e de nenhum partido político. É um projeto importante para o país, a democracia e toda a sociedade.

O PL das Fake News tramita na Câmara dos Deputados há mais de três anos e foi debatido em mais de 20 audiências públicas com especialistas e representantes de todas as áreas de interesse. Está maduro para ser votado. Seguiremos defendendo uma regulação como as existentes em diversos países democráticos de todo mundo. •

*Deputado federal pelo Paraná é líder da bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados



RIQUEZA A casa da família do tenente-coronel Mauro Cid, localizada na cidade de Temecula na Califórnia, adquirida por US\$ 1,7 milhão - o equivalente a R\$ 8,5 milhões - ainda em 2019, durante o primeiro ano da gestão Bolsonaro

OS NEGÓCIOS MILIONÁRIOS

A família de Mauro Cid, o ajudante-de-ordens de Bolsonaro, comprou imóveis nos EUA que somam mais de R\$ 12 milhões. A Polícia Federal apura os escandalosos sinais exteriores de riqueza

A notícia ganhou a mídia na última semana. O site "Metrópoles" revelou a movimentação mais que suspeita de familiares de um dos mais próximos auxiliares do ex-presidente da República, o tenente-coronel Mauro Cid, envolvido em todos os últimos escândalos do líder da extrema-direita brasileira. A Polícia Federal investiga como o irmão de Cid, que se chama Daniel, comprou uma mansão de R\$ 8,5 milhões nos EUA.

Nos últimos anos, Daniel fez outras aquisições milionárias, incluindo uma casa na Flórida. Era o estado onde vivia o pai de ambos, o general Mauro César Lorenna Cid, que estava à frente do escritório da Agência Brasileira de

Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil). Alguns dos negócios realizados por Cid foram registrados em nome de um trust familiar, o "Cid Family Trust". A PF já sabe que Daniel operou uma "milícia digital" contra as eleições de 2022 e disseminou fake news.

Mauro Cid, preso pela Polícia Federal há duas semanas na investigação que apura a fraude com cartões de vacinação do ex-presidente e da filha, além da própria esposa e outros suspeitos, viajou para Orlando com Bolsonaro, em 30 de janeiro de 2022. Ele tinha planos de esticar sua temporada em terras americanas. À PF, confirmou que atravessou os EUA para visitar a família na Califórnia.

O tenente-coronel do Exército está no centro de todos os escân-

dalos envolvendo o ex-presidente. É investigado por por distribuição de fake news, vazamento de documentos sigilosos e de operar um caixa paralelo no Planalto que servia à família Bolsonaro. Também está envolvido no rolo das joias sauditas retidas pela Receita Federal em 2021.

Nos últimos anos, a família de Cid comprou uma mansão de US\$ 1,7 milhão na Califórnia, onde vive seu irmão, Daniel Cid, envolvido na promoção e difusão de fake news em favor de teses caras ao bolsonarismo, como a possibilidade de fraude nas urnas eletrônicas. Isso já levou o TSE a abrir um inquérito que pode levar Bolsonaro a perder seus direitos políticos. A mansão está registrada oficialmente como propriedade de

um trust de nome sugestivo: “Cid Family Trust”. Na justiça americana, trusts são um instrumento legal que permite a proprietários de bens, sejam eles fundos de investimento ou imóveis, deixarem a tutela do patrimônio a cargo de pessoas de confiança (daí vem o nome, em inglês), que ficam a cargo de administrá-lo.

Trata-se de um modelo bastante usado, por exemplo, para blindar patrimônios de eventuais problemas judiciais e garantir sua transferência futura para quem o proprietário original indicar. Os donos reais, as pessoas físicas, não aparecem nos registros oficiais – foi preciso cruzar os dados com outras fontes para descobrir que Daniel está ligado aos negócios. Foi isso que o “Metrópoles” descobriu.

A mansão registrada em nome da Cid Family Trust fica em Temecula, cidade vinícola encravada no sul da Califórnia, a cerca de 130 quilômetros de Los Angeles. A propriedade foi registrada em nome do trust em 2019 e tem 438 metros quadrados de área, com cinco quartos, quatro salas e uma confortável área de lazer que inclui piscina e fireplace. Em dois documentos americanos, junto ao nome do trust aparece também o nome do irmão do tenente-coronel.

Desde 2019, o trust da família Cid passou a ser dono, ainda, de outra casa, menor, avaliada em R\$ 2,2 milhões e localizada na mesma cidade. Antes, o imóvel estava em nome de Daniel, como pessoa física. O irmão do tenente-coronel também aparece ligado a um terceiro imóvel em Temecula, vendido recentemente por ele pelo equivalente a R\$ 3,3 milhões.

De acordo com a reportagem, os registros oficiais do condado de Riverside, onde fica Temecula, indicam que, em março do primeiro ano do governo Bolsonaro a mansão foi colocada em nome do trust. Sites especializados estimam que, atualmente, a residência de alto pa-

drão valha mais de US\$ 2,2 milhões – algo próximo a R\$ 11 milhões.

O “Metrópoles” revelou que a aquisição mais recente de Daniel Cid é uma casa em Miami, na Flórida: uma unidade no Doral Isles Martinique. Segundo os serviços de pesquisa imobiliária, o imóvel foi comprado em agosto de 2020. No site oficial do governo de Miami Dade, o bem está avaliado em cerca de R\$ 2 milhões e registrado fora do trust, em nome do próprio irmão do ex-ajudante de ordens de Bolsonaro. São quatro quartos, em dois andares, dentro de um condomínio privativo da cidade. Nos Estados Unidos, o irmão de Mauro Cid fez, nos últimos anos, movimentações financeiras e societárias que chamam atenção.

Até 2022, Daniel era apenas mais um brasileiro vidrado em tecnologia que fez carreira no setor de segurança digital na Califórnia. Quando começou a lançar mão das habilidades para ajudar Bolsonaro na tentativa de fraudar as eleições e a disseminar mentiras sobre a pandemia de Covid-19, no entanto, entrou no radar da polícia e do STF.

Daniel foi o criador do site “brasileros.social”, uma página hospedada fora dos servidores tradicionais e ilustrada com a bandeira do Brasil. Foi nesse site que foi parar cópia de um inquérito sigiloso da PF alardeado pelo ex-presidente – na companhia do tenente-coronel Cid – para “provar” a manipulação do sistema eleitoral. O caso virou um inquérito que ainda tramita no Supremo.

O pai dos irmãos Cid, o general da reserva Mauro Cesar Lourena Cid, é amigo de Bolsonaro e foi nomeado no governo anterior para chefiar o escritório da ApexBrasil, em Miami. Foi demitido do cargo em janeiro, quando Lula assumiu a Presidência da República. Agora, a PF está apurando como a família passou a esbanjar riqueza na nação mais poderosa do mundo. •

ÁUDIOS REFORÇAM A INTENÇÃO DO GOLPE

A Polícia Federal se aproxima cada vez mais do ex-presidente Jair Bolsonaro e seus apoiadores, quanto à tentativa de golpe em 8 de janeiro. Novas mensagens de áudio que constam do telefone celular do tenente-coronel Mauro Cid, preso pela Polícia Federal e ajudante de ordens do ex-presidente, revelam planos de mobilização de 1.500 militares para executar um golpe de Estado no país, além do envolvimento do coronel Élcio Franco.

A CNN teve acesso aos áudios que comprometem ainda mais o entorno e a própria participação do ex-presidente no planejamento de um golpe. O material reforça essa suspeita, aventada desde a divulgação dos primeiros áudios do celular de Mauro Cid.

No material obtido pela PF, o coronel Élcio Franco, ex-número dois do Ministério da Saúde durante a gestão do general Eduardo Pazuello – depois assessor de Braga Neto na Casa Civil, tem diálogos escandalosos com o ex-major Ailton Barros, amigo e um dos homens de confiança de Jair Bolsonaro, preso pela PF acusado de participação no escândalo da falsificação de cartões de vacina de Covid-19.

Em uma das conversas, Élcio Franco alega que o general estaria temeroso de ser responsabilizado por uma eventual tentativa de golpe contra as instituições democráticas. Ailton chega a afirmar que seria preciso convencer o comandante da brigada de Goiânia a aderir ao golpe e prender Alexandre de Moraes. “Vamos organizar, desenvolver, instruir e equipar 1.500 homens”, propõe. •

FREIXO VOLTA AO PT APÓS 20 ANOS

Presidente da Embratur e candidato do PSB ao governo do Rio regressa à legenda a convite do presidente Lula. Deputados e líderes da sigla prestigiaram o ato de filiação, ocorrido no Rio

Presidente da Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur), o líder político Marcelo Freixo oficializou no Rio seu retorno ao Partido dos Trabalhadores em ato de filiação realizado na sexta-feira, 5. O evento aconteceu durante o seminário do Diretório Estadual do PT no Rio de Janeiro.

A filiação marca seu retorno ao partido 20 anos depois de sua saída, em 2003. “Volto feliz para o Partido dos Trabalhadores e daqui não sairei nunca mais. Eu não estou entrando pra ser candidato, estou entrando depois das eleições, para construir um partido, construir um país. E para nunca deixar de lutar pelo Rio de Janeiro”, discursou.

“O PT tem uma longa história de contribuições para a construção da democracia e um projeto de país baseado na inclusão social, no diálogo e na promoção da dignidade de todos os brasileiros.

Reprodução/Instagram



DE VOLTA Marcelo Freixo volta à legenda pela qual estreou na política em 1986, em ato de filiação prestigiado por dirigentes do PT

Estamos reconstruindo nosso país com o presidente Lula e agora também terei a honra de ajudar a construir o nosso partido no Rio de Janeiro e no Brasil”, disse.

Freixo se filiou ao PT pela primeira vez em 1986, concorrendo ao cargo de vereador em Niterói. Era filiado ao PSB até o início deste ano. Também teve passagem

marcante pelo PSOL, como deputado estadual por três mandatos. Concorreu à prefeitura do Rio de Janeiro em 2012 e em 2016. E elegeu-se deputado federal em 2018.

Nas gerais eleições de 2022, Freixo concorreu ao governo do Rio pelo PSB com o apoio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do vice Geraldo Alckmin (PSB). •

MORRE O EX-DEPUTADO DAVID MIRANDA, ATIVISTA LGBTQI+

Morreu na terça-feira, 9, o ex-deputado federal David Miranda (PDT), aos 37 anos. Ele estava hospitalizado desde agosto do ano passado. O ativista político deu entrada na internação por causa de um quadro de infecção intestinal grave, que evoluiu para uma septicemia. David foi o primeiro homem gay eleito para a Câmara de Vereadores do Rio, pelo Psol, e assumiu uma vaga na Câmara de Deputados, em Brasília, após a renúncia de Jean Wyllys. Deixa marido e dois filhos.

A morte dele foi comunicada pelo jornalista Glenn Grenwald, seu companheiro. “É com enorme tristeza que anuncio o falecimento do meu marido. Ele faria 38 amanhã”, disse. “Seu falecimento nesta manhã vem depois uma luta de nove meses no CTI. David partiu em paz, cercado de nossos filhos, familiares e amigos”.

Em depoimento, Glenn destacou o legado de Miranda, com quem foi casado por 18 anos. “David era singular: o homem mais for-

te, apaixonado e compassivo que já conheci. Ninguém tinha uma palavra ruim para ele. Não consigo descrever a perda e a dor”, escreveu. “Farei o possível para honrar seu legado: nossos filhos e ONGs. Mas acima de tudo, o maior sonho de David, aquilo que mais enchia seu coração, o seu maior propósito, era ser pai. Era um pai dedicado e amoroso. Me ensinou a ser pai. E nossos filhos incríveis – com seu próprio início de vida difícil – são o maior legado de David”, completa. •



SAÚDE BUCAL Ao lado da ministra Nisia Trindade, do presidente da Federação Interestadual dos Odontologistas, José Carrijo Brom, de Jorge Solla e Humberto Costa Lula sanciona o PL 8131/2017, que retoma o programa do SUS

LULA RETOMA BRASIL SORRIDENTE

Governo garante saúde bucal ao povo e torna obrigatório atendimento a todos os brasileiros. “Tratar a saúde do povo é investimento porque um cidadão com saúde é muito mais produtivo e muito mais útil do que um doente”, aponta

Após sete anos de sucateamento e retrocessos promovidos depois do impeachment fraudulento da presidenta Dilma Rousseff, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou na segunda-feira, 8, a recriação do programa Brasil Sorridente, que beneficiou mais de 110 milhões de brasileiros e brasileiras por meio do Sistema Único de Saúde (SUS).

“Quero que esse programa

garanta que tenhamos dentistas para ir nas salas de aula de todas as crianças de uma escola, e educar essa criança a partir da escola para que daqui a 20 ou 30 anos termos uma sociedade em que a pessoa possa comer carne, castanha, possa sorrir e possa até arrumar um namorado ou namorada”, disse.

“Tudo isso pra mim é investimento, não me fale em gasto. Tratar a saúde do povo é investimento porque um cidadão com saúde é muito mais produtivo

e muito mais útil do que um cidadão doente, sem força e sem qualidade de vida para prestar os serviços que gostaria de prestar”, declarou o presidente, em solenidade no Palácio do Planalto.

No evento da retomada do programa social, Lula também sancionou o Projeto de Lei 8.131/2017 de autoria do senador Humberto Costa (PT-PE) e do deputado federal Jorge Solla (PT-BA), que institui a Política Nacional de Saúde Bucal no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)

e torna obrigatório o atendimento bucal para o povo brasileiro.

Ex-ministro da Saúde no primeiro governo Lula, Humberto Costa destacou a ampliação da assistência na atenção primária, o aumento dos atendimentos em 543% durante os governos do PT – com Lula e Dilma – e o emprego de 30% dos dentistas do Brasil no programa. O programa foi criado em 2004 por Humberto e se destacou com a iniciativa pioneira em saúde bucal pública.

Na época, também foram criados os centros de especialidades odontológicas, que aumentaram de 100, em 2004, para 1.034, no último ano de governo. Com o Brasil Sorridente, mais de 750 mil indígenas de todo país foram beneficiados com a entrega de kits para higiene bucal.

Nos 13 anos de governo do PT, o número de equipes do programa cresceu de 4.261 para 24.467, implantadas em 5.014 municípios (90% do total), com cobertura de 37% da população, ou seja, mais que o dobro do atendido anteriormente.

Até 2015 o aumento nos atendimentos foi vertiginoso, com aumento no número de equipes trabalhando de 543% desde 2003. O SUS empregou 30% dos dentistas do país, com mais 64 mil profissionais atuando na rede pública.

Ao final de 2012, o povo brasileiro contava com 22.139 equipes de saúde bucal operando em 4.907 municípios. A atuação governamental em saúde bucal foi expandida, naquele ano, com a intensificação da implantação dos centros. Entre 2004 e 2012 foram implantados 943 centros em 771 municípios brasileiros. Em 2012, também foi atingido o número de 1397 Laboratórios de Prótese Dentária em funcionamento, distribuídos em 1.351 municípios. •



ALERTA: A COVID NÃO ACABOU

“É hora de intensificar a vacinação”, diz ministra da Saúde, em cadeia de rádio e TV. Com Bolsonaro, foram mais de 700 mil mortes pela doença ao longo da pandemia

A ministra da Saúde, Nísia Trindade, anunciou no domingo, em cadeia de emissoras rádio e televisão que as infecções pelo vírus Sars-COV 2, responsável pela covid-19, vão continuar ocorrendo e que o momento é de fortalecimento dos sistemas de vigilância, diagnóstico, assistência e vacinação. Segundo ela, o vírus ainda sofrerá mutações e, por isso, os cuidados devem ser mantidos.

“É hora de intensificar a vacinação. As hospitalizações e óbitos pela covid-19 ocorrem principalmente em indivíduos que não tomaram as doses de vacina recomendadas”, destacou a ministra. Na sexta-feira, 5, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou o fim da emergência de saúde pública de importância internacional. “Depois de termos passado por um período tão doloroso, nosso país recebe essa notícia com esperança”, afirmou.

“Por esta razão, o Ministério da Saúde, ao lado de estados e municípios, realiza desde fevereiro um movimento nacional pela vacinação de reforço para covid-19”, comentou a ministra. “Esta é a forma mais eficaz e segura de proteger nossa população. Precisamos estar unidos pela saúde, em defesa da vida”.

“O momento é de transição do modo de emergência para enfrentamento contínuo como parte da prevenção e controle de doenças infecciosas”, destacou a ministra. Ela lembrou que o Brasil perdeu mais de 700 mil vidas durante o surto sanitário.

“Outro teria sido o resultado se o governo anterior, durante toda a pandemia, respeitasse as recomendações da ciência. Se fossem seguidas e cumpridas as obrigações de governante de proteger a população do país. Não podemos esquecer. Precisamos preservar esta memória para construir um futuro digno”, reforçou. •



BRAÇO DIREITO O economista Gabriel Galípolo construiu carreira no meio acadêmico como um heterodoxo, escreveu livros com Luiz Gonzaga Beluzzo, ganhou influência na campanha eleitoral. Agora, será o cara de Haddad no BC

UMA FORÇA NO BANCO CENTRAL

Haddad oficializa duas indicações para diretorias do BC: Gabriel Galípolo, secretário-executivo da Fazenda, e um servidor de carreira do banco. Nomes precisam ser aprovados pelo Senado

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou na segunda-feira, 8, os nomes do governo Lula para o Banco Central. Foram feitas as indicações do atual secretário-executivo da pasta, Gabriel Galípolo, para a Diretoria de Política Monetária do BC, e do servidor de carreira do banco Ailton Aquino para a Diretoria de Fiscalização.

Os nomes deverão ser apreciados e aprovados durante sabinas pelo Senado Federal. Em caso positivo, Aquino será o primeiro negro na história do

BC a ocupar uma diretoria do Conselho de Política Monetária (Copom).

De acordo com Haddad, o governo federal entende que esse movimento vai fortalecer ainda mais a aproximação com o Banco Central, buscando a convergência plena da política econômica para oferecer ao país as condições de crescer com inflação baixa.

Segundo o ministro, o governo "procura uma coordenação maior das políticas fiscal e monetária", além de promover uma perspectiva uniforme e direcio-

namento único para o Brasil.

Integrante da equipe de transição de governo e peça importante na campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Gabriel Galípolo foi convidado por Haddad para assumir a secretaria-executiva do Ministério da Fazenda.

Em abril de 2022, o economista chamou atenção ao participar de um jantar com empresários na companhia de Gleisi Hoffmann, deputada federal e presidente do PT. O evento, organizado pelo grupo Esfera Brasil, reuniu nomes de peso

do empresariado e mercado financeiro, como André Esteves (BGT Pactual) e Abílio Diniz (Grupo Península).

De 2017 a 2021, Galípolo foi presidente do banco Fator, instituição com expertise em parcerias público-privadas e programas de privatização. Em sua atuação no banco, conduziu os estudos para a privatização da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae), processo que teve início em 2018. Em 2021, o banco Fator e o BNDES lideraram o leilão da estatal, operação que arrecadou R\$ 22,6 bilhões com a venda de três dos quatro blocos ofertados.

Galípolo construiu em sua vida acadêmica sendo visto como um heterodoxo moderado. Embora defenda claramente a atuação estatal como propulsora do desenvolvimento econômico, é conciliador e aberto ao diálogo.

Ao lado do economista Luiz Gonzada Belluzzo, um dos fundadores da Facamp (Faculdade de Campinas), escreveu três livros: "Manda quem pode, obedece quem tem prejuízo" (2017); "A escassez na abundância capitalista" (2019) e "Dinheiro: o poder da abstração real (2021)".

Para substituir Gabriel Galípolo no cargo de secretário-executivo da Fazenda, Haddad convidou o advogado Dario Durigan. Ele deve assumir o posto após apreciação e tramitação no Senado Federal do nome do indicado para a diretoria do BC.

Durigan foi servidor efetivo da Advocacia Geral da União (AGU) e atuou como assessor de Assuntos jurídicos da Casa Civil da Presidência na gestão de Dilma Rousseff. Anteriormente, ele chefiou a área jurídica da Prefeitura de São Paulo na gestão de Fernando Haddad. •



MAIS R\$ 6,7 BI NA ECONOMIA

Roda do crescimento ganha impulso com decisão de Lula. Revisão da tabela do imposto de renda beneficia 13 milhões. MP altera base de cálculo e aumenta faixa de isenção, beneficiando quem ganha até R\$ 2.640

A roda da economia brasileira ganha mais impulso. O governo Lula vai injetar R\$ 6,7 bilhões na economia do país por conta da Medida Provisória 1.171, que determina a isenção do imposto de renda para quem ganha até R\$ 2.640 – dois salários mínimos. De acordo com o Ministério da Fazenda, a medida vai beneficiar, direta ou indiretamente, mais de 13 milhões de contribuintes.

A medida, segundo a Unafisco, resulta na queda de mais de 1,3 milhão no número de contribuintes, caso a MP seja aprovada pelo Congresso Nacional, compensada pela reversão dos recursos no consumo por parte da população e o consequente incremento da economia. De acordo com a associação, somente em 2023, a economia brasileira vai movimentar R\$ 4,4 bilhões.

"Com a isenção maior na tabela do Imposto de Renda, o governo terá uma perda de receita, mas a população que receberá

esse valor poderá ter o dinheiro em mãos para consumir", diz o presidente da Unafisco, Mauro Silva. "Esse dinheiro vai acabar sendo aplicado dentro da economia, dando um impacto no Produto Interno Bruto (PIB)".

O ministro do Trabalho e Emprego (MTE), Luiz Marinho, afirma que o aumento da faixa de isenção será gradual ao longo dos próximos anos. É a primeira atualização da tabela desde quando o governo Dilma Rousseff mudou a faixa de isenção em 2015.

"O compromisso do governo Lula, ao longo do mandato, é isentar na tabela do imposto de renda, salários de até R\$ 5 mil. Isso ajudará muito no poder aquisitivo da classe trabalhadora, especialmente dos baixos salários".

Em termos de declaração do IR, a medida só vai ter efeito no ano que vem, mas 13,7 milhões de pessoas (40% dos contribuintes) começam a ser beneficiadas imediatamente, pois o imposto já deixa de ser descontado na folha de pagamento. •

A DEFESA DO PATRIMÔNIO

Ação no STF não representa embaraço ao processo de desestatização da Eletrobras. Mas lei atingiu os direitos políticos da União, detidos antes do início do processo de privatização

Jorge Messias

Ação direta de inconstitucionalidade 7.385, proposta recentemente pela Advocacia-Geral da União no Supremo Tribunal Federal, não é uma tentativa de reestatização da Eletrobras. Também não pretende a declaração de inconstitucionalidade de nenhum dispositivo legal relativo à desestatização da empresa.

O que se quer, de fato, é a preservação do patrimônio da União por meio do afastamento de uma interpretação equivocada da previsão contida no art. 3º, III, "a" e "b" da lei 14.182/2021 (Lei de Desestatização da Eletrobras). Essa compreensão quer a aplicabilidade imediata da vedação do exercício, por qualquer acionista ou grupo de acionistas, de votos em número superior a 10% do capital votante da empresa.

Embora limitações desse porte sejam prática ordinária no mercado de companhias abertas, no caso da Eletrobras o mecanismo atingiu apenas os direitos políticos da União, detidos antes de iniciado o processo de desestatização. E a limitação foi imposta sem que nenhuma forma de indenização fosse concedida à União pela perda de controle ou mesmo pela limitação de seus direitos políticos na empresa.

Nessas condições, a restrição não foi capaz de promover a finalidade pretendida com a desestatização: impedir a tomada

do controle da empresa por determinado grupo. Em verdade, a incidência da regra fez apenas uma imitação de uma "true corporation" com benefício explícito de acionistas minoritários que têm exercido, de fato, o controle da companhia, com o isolamento das posições da União nas últimas assembleias realizadas.

O benefício, como mencionado, ocorre exclusivamente em favor de acionistas que, embora minoritários, detêm posições relevantes que os levam a manter o controle efetivo da companhia. Controle que, aliás, é financiado pelo investimento público ainda existente na empresa, hoje em torno de 43% do capital social. Ou seja, a União detém capital

expressivo investido, mas é impedida, por manobras de minoritários, de manifestar sua posição nas deliberações da Eletrobras.

A ação denuncia o mecanismo perverso criado por essa forma de interpretação da lei. Não há incentivo para que minoritários – controladores de fato – promovam novas rodadas de vendas de ações ordinárias que seriam capazes de diluir a posição hoje preponderante da União no capital social. A contingência de um arremedo de "corporation" favorece prontamente esses minoritários.

Ao denunciar tais circunstâncias, a ação proposta apresenta solução razoável ao impasse. Uma compreensão prospectiva da limitação do direito de voto, a ser aplicada a partir da efetiva diluição do capital social investido pelos contribuintes brasileiros na companhia, mediante novos investimentos privados. É apenas isso o que de fato se quer por meio da ADI ajuizada.

A ação não representa embaraço ao processo de desestatização. Trata-se de aprimoramento da modelagem e de mecanismo que permite a conclusão efetiva do processo de privatização, eliminando subsídios cruzados.

Por fim, é preciso afastar ideias preconcebidas que impedem o debate público sobre propostas de grande impacto e interesse sociais, especialmente aquelas suscitadas por quem tem a legitimidade das urnas. •

**A UNIÃO DETÉM
CAPITAL
EXPRESSIVO NA
ELETROBRAS,
MAS É IMPEDIDA,
POR MANOBRAS
DE MINORITÁRIOS,
DE MANIFESTAR
SUA POSIÇÃO**

Advogado-geral da União



PRESTÍGIO Em Londres para a coroação do rei Charles III, Lula se encontrou com o primeiro-ministro Rishi Sunak, que anunciou a doação do governo inglês de US\$ 100 bilhões ao Brasil pela liderança do país na agenda ambiental

REINO UNIDO DOA R\$ 500 MI

Em Londres, Lula reúne-se com o primeiro-ministro Rishi Sunak e ouve a oferta do governo inglês para investir no combate ao desmatamento e preservação da biodiversidade da floresta tropical

Em mais um giro internacional em busca de apoio e novas oportunidades para o Brasil, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva esteve na sexta-feira, 5 de maio, em Londres, no Reino Unido, para acompanhar a coroação do Rei Charles. Ele aproveitou a viagem para uma reunião de alto nível com o primeiro-ministro do Reino Unido, Rishi Sunak, que anunciou a contribuição de 80 milhões de libras (cerca de US\$ 100 milhões) para o Fundo Amazônia.

O premiê afirmou que a decisão é resultado do reconheci-

mento ao trabalho realizado pelo novo governo brasileiro, que tem se comprometido a retomar uma política de investimento para a preservação ambiental. O Brasil é o quarto país que mais recebe recursos do International Climate Finance (ICF), principal programa britânico para financiamento de projetos na área ambiental, com recursos de 260 milhões de libras – cerca de R\$ 1,4 bilhão.

Lula agradeceu ao premiê britânico pelo anúncio de aporte no fundo, que também já recebeu recursos da Alemanha, Noruega e Estados Unidos. Ele afirmou que

o momento é de “restabelecer a normalidade” nas relações entre os dois países. Lula reiterou o compromisso de acabar com o desmatamento até 2030. “Na questão climática, o Brasil é a grande potência”, disse.

No ano passado, o comércio bilateral entre os dois países movimentou US\$ 6,5 bilhões, alta de 15% em comparação com 2021. As exportações brasileiras para os britânicos somaram US\$ 3,7 bilhões, porém representam menos de 2% do total das vendas externas do país. As importações foram US\$ 2,8 bilhões. O saldo é favo-

rável ao Brasil. As áreas com mais investimento do Reino Unido são extração, financeira e transporte.

O Fundo Amazônia investe em ações de combate ao desmatamento e de promoção da sustentabilidade na região. Criado em 2008, o Fundo Amazônia é gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pode ser visto como uma espécie de crédito que outros países dão ao Brasil pelos bons resultados de suas políticas ambientais.

O Fundo Amazônia foi paralisado em 2019, por decisão do governo Jair Bolsonaro, que fez pouco caso dos R\$ 3 bilhões que o governo tinha em caixa, por conta das doações asseguradas pelos governos da Noruega e Alemanha. O fundo foi retomado em 1º de janeiro por meio de decreto assinado pelo presidente Lula.

No fim de janeiro, a Alemanha já havia anunciado a doação de cerca de R\$ 200 milhões para o Fundo Amazônia em um pacote de R\$ 1,1 bilhão para ações socioambientais no Brasil. Em 20 de abril, os EUA anunciaram a doação de US\$ 500 milhões (cerca de R\$ 2,5 bilhões) para o Fundo Amazônia, entre outras iniciativas globais de combate ao desmatamento, proteção ambiental, reflorestamento e mitigação da mudança do clima.

“Os países ricos precisam compreender que eles têm um débito na emissão, e portanto eles têm de adiantar recursos, pagando essa dívida. Eu quero que cumpram a promessa de 100 bilhões de dólares. Eu vou na COP dos Emirados Árabes cobrar isso”, disse Lula, referindo-se ao compromisso dos países desenvolvidos feito na COP15, em Copenhague, de US\$ 100 bilhões por ano a partir de 2020 para ajudar os menos desenvolvidos a enfrentar a crise do clima. •



NA PRISÃO O australiano Julian Assange está preso na Inglaterra desde 2009, depois de denunciar a espionagem dos EUA contra países aliados

LULA: É UMA VERGONHA A PRISÃO DE JULIAN ASSANGE

Lula diz que vai ligar para primeiro-ministro inglês porque se 'esqueceu' de falar de jornalista, durante audiência. Australiano está detido desde 2019 e pode ser julgado a prisão perpétua nos EUA

Em visita ao Reino Unido, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva condenou a prisão do ativista e jornalista australiano Julian Assange, classificando-a como uma “vergonha”. Ele criticou imprensa por não “fazer nada” para libertar o jornalista, preso desde 2019, acusado, preso e condenado por vazar informações sensíveis do Pentágono sobre operações de espionagem contra países do ocidente, inclusive o Brasil. Se julgado pelos Estados Unidos, poderá ser condenado a até 175 anos de prisão. Assange permanece na prisão de Belmarsh, em Londres.

“É uma vergonha que um jornalista que denunciou as falcatruas de um Estado contra o outro esteja preso, condenado a morrer na cadeia e a gente não fazer nada para libertar”, disse, após a cerimônia de coroação do rei Charles III, em Londres. “Eu vou falar, inclusive, na

frente dos jornalistas, porque isso vale para vocês e vale para mim”.

O presidente disse ter esquecido de mencionar o tema em seu encontro com o primeiro-ministro britânico, Rishi Sunak, na véspera. Ele afirmou que, assim que retornar ao Brasil, ligará para Sunak para tratar da prisão de Assange. Ele disse que o jornalista não denunciou nada “vulgar”. O petista fez críticas à imprensa por não ter feito um movimento para libertar Assange.

Esta não é a primeira vez que Lula menciona o caso. Em 17 de junho de 2022, o então candidato à Presidência defendeu o fundador do Wikileaks, cuja extradição do Reino Unido para os Estados Unidos ficou mais próxima depois de o governo britânico aprovar o processo. “Estamos aqui falando de democracia precisamos perguntar que crime o Assange cometeu”, declarou Lula à época. Ele

disse que o crime de Assange foi “falar a verdade”.

Julian Assange, 51 anos, fundou o site WikiLeaks em 2006. A partir de 2010, começou a publicar informações confidenciais sobre os Estados Unidos. O governo norte-americano estima que foram 700 mil documentos. O material, publicado no WikiLeaks e em outros veículos, como Guardian e New York Times, continha dados sobre guerras do Afeganistão e do Iraque e outras informações diplomáticas e de operações militares.

Em julho de 2015, o WikiLeaks divulgou uma lista classificada pela Agência Nacional de Segurança (NSA, na sigla em inglês) dos Estados Unidos como “ultrassegreda”, a qual revela que, além da própria presidente Dilma Rousseff, 29 telefones do governo petista – incluindo o de ministros, diplomatas e assessores – foram espionados pela agência de inteligência.

O telefone via satélite Inmarsat instalado no avião presidencial, com o qual Dilma se comunica com o mundo quando está a bordo da aeronave, é um dos 29 números grampeados pela NSA. Os números telefônicos foram monitorados no início da gestão Dilma. Até mesmo computadores, arquivos e telefones de dirigentes da Petrobrás, a maior empresa brasileira, foram alvos da espionagem da NSA.

Entre outros nomes, estavam na lista da NSA o ex-chefe da Casa Civil Antonio Palocci; o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, que, à época, ocupava o cargo de secretário-executivo do Ministério da Fazenda; o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general José Elito Siqueira, responsável pela segurança da presidenta da República; e o ex-ministro das Relações Exteriores e embaixador na época do Brasil em Washington Luiz Alberto Figueiredo, então subsecretário-geral de Meio Ambiente. •



PAZ Celso Amorim encontra o presidente ucraniano Volodymyr Zelensky em Kiev para prosseguir nas conversações e negociar um cessar-fogo

AMORIM VISITA ZELENSKY

Assessor de Lula vai à Ucrânia para encontro de alto nível e diz que Brasil trabalha pela paz no leste europeu. Encontro antecede reunião do G7 nesta semana

Ex-ministro da Defesa e ex-ministro das Relações Exteriores, atualmente assessor-chefe da Presidência da República, o diplomata Celso Amorim esteve reunido na quarta-feira, 10, com o presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky. Ele declarou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva está trabalhando pela paz entre Ucrânia e Rússia. A viagem antecede a participação de Lula na reunião do G7 esta semana no Japão.

Ele avalia que o diálogo com as autoridades ucranianas foi positivo e gerou confiança, e que ajudou a explicar os objetivos do Brasil para a paz. Lula tem defendido um cessar-fogo e propôs um clube de nações, incluindo o Brasil, para mediar a paz entre os dois gigantes do Leste Europeu.

Ao mesmo tempo, Lula se recusou a fornecer armas à Ucrânia, fez comentários atribuindo responsabilidade à Ucrânia pela invasão da Rússia por conta dos acenos feitos à Aliança do Tratado do Atlântico Norte (Otan), no esforço de imobilizar o Kremlin e manter o Ocidente em estado de alerta. Lula decla-

rou que EUA e Europa erraram ao estimular os combates.

No mês passado, Amorim fez uma viagem discreta a Moscou e se encontrou com o presidente Vladimir Putin. Semanas depois, Lula recebeu em Brasília o ministro das Relações Exteriores de Putin, Sergei Lavrov. O chanceler expressou gratidão ao Brasil por sua “excelente compreensão da gênese desta situação”.

Após a reunião, o porta-voz do Conselho de Segurança Nacional da Casa Branca, John Kirby, criticou a abordagem do Brasil em relação à guerra e fez comentários duros pelo encontro de Amorim com Putin e Lavrov, enquanto falava apenas com autoridades ucranianas por telefone. A posição do Brasil evita confronto com a Rússia.

Amorim também se reuniu com o vice-ministro das Relações Exteriores da Ucrânia, Andriy Melnyk. “O Brasil pode desempenhar um papel importante para impedir a agressão russa e alcançar uma paz duradoura e justa”, escreveu. •

DONALD TRUMP É CONDENADO

Júri considera ex-presidente responsável por abuso sexual e difamação. Seis homens e três mulheres determinam ao empresário e dublê de político que indenize Jean Carroll em US \$ 5 milhões por danos. Ela o acusou de tê-la estuprado

Demorou. Mas o infortúnio do ex-presidente Donald Trump se aprofunda à medida que ele planeja retomar a Casa Branca numa disputa contra o presidente Joe Biden em 2024. A disputa para o republicano, contudo, está mais dura, com muitos reveses se acumulando para o empresário.

Na última terça-feira, 9, um júri de Manhattan considerou Trump responsável por abusar sexualmente e difamar a escritora E. Jean Carroll. A Justiça dos Estados Unidos condenou o ex-presidente a indenizá-la em US\$ 5 milhões por danos e abusos. Mais de uma dúzia de mulheres acusaram Trump de má conduta sexual ao longo dos anos, mas esta é a única alegação confirmada por um júri.

No caso civil, o júri federal de seis homens e três mulheres concluiu que Carroll, 79, ex-redatora de uma revista, havia provado suficientemente que Trump a abusou sexualmente há quase 30 anos em um camarim do departamento de Bergdorf Goodman, uma loja situada em Manhattan, na cidade de Nova York. O júri, no entanto, não concluiu que ele a estuprou, como Jean havia acusado.

Ao retornar o veredito pouco antes das 15h, o júri também descobriu que Trump, que está concorrendo para reconquistar a Casa Branca numa eventual disputa contra o democrata Joe Biden, difamou Carroll em outubro, quando postou uma declaração em sua plataforma Truth Social chamando



CONDENADO O ex-presidente sonha em voltar à Casa Branca, mas tem muitos problemas com a Justiça a serem enfrentados antes da disputa

o caso de “uma fraude completa” e “uma farsa e uma mentira”. O advogado disse que o empresário pretende recorrer.

Os advogados de Trump não convocaram testemunhas, e ele nunca compareceu ao julgamento para ouvir o testemunho de Jean Carroll, que o processou no ano passado, prestando um depoimento visceral sobre o ataque que ela alega ter sofrido e que teria acabado com a sua vida amorosa para sempre. Donald Trump, que evitou o julgamento, continuou a dizer que não a conhecia.

Ainda na terça-feira, ela acenou com a cabeça enquanto um funcionário do tribunal lia o veredito em voz alta. Ela ficou satisfeita ao ouvir que Trump foi responsabilizado por difamação. E saiu do tribunal com um sorriso de orelha a orelha, de mãos dadas com sua advogada, Roberta A. Kaplan.

Uma mulher gritou: “Você é tão corajosa e linda”. E ela respondeu: “Obrigada, muito obrigada”.

À imprensa, ela fez um pronunciamento duro: “Abri este processo contra Donald Trump para limpar meu nome e recuperar minha vida. Hoje, o mundo finalmente conhece a verdade. Esta vitória não é apenas para mim, mas para todas as mulheres que sofreram”.

Em sua rede social, a Truth Social, Trump continuou a insistir que não conhecia Carroll, após o veredito: “Não tenho absolutamente nenhuma ideia de quem é essa mulher. Este veredito é uma desgraça - uma continuação da maior caça às bruxas de todos os tempos!” Seu advogado, Joseph Tacopina, disse do lado de fora do tribunal que o caso será apelado. Também defendeu a ausência de Trump no tribunal e sua decisão de não testemunhar em sua própria defesa. •



Pedro Ladeira/FolhaPress

VÍTIMA A ex-presidente Dilma Rousseff discursa no dia 12 de maio de 2016, no Palácio do Planalto, e anuncia que estava sendo vítima de um golpe

SETE ANOS DO GOLPE

Em 12 de maio de 2016, Dilma Rousseff era afastada da Presidência da República, em decisão do Senado, num processo nefasto que colocou o país a caminho de retrocessos e abriu espaço para a extrema-direita

Num dos momentos mais trágicos da história do país depois da retomada da democracia em 1985, o Senado aprovava, em 12 de maio de 2016, a admissibilidade do processo de afastamento da então presidenta Dilma Rousseff da Presidência da República. A proposta foi aprovada por 55 votos a 22, depois de dezoito horas de sessão. Naquela manhã, ela disse que o processo de impeachment era “fraudulento” e um “verdadeiro golpe” contra o povo brasileiro.

Aplaudida diversas vezes durante sua fala no Palácio do

Planalto, Dilma disse que o que estava em jogo no processo era “o respeito às urnas, a vontade soberana do povo brasileiro e a Constituição”. O vice-presidente Michel Temer (MDB) foi oficialmente notificado e se tornava naquele mesmo dia o presidente interino do país.

Na saída do Planalto, Dilma reiterou que não cometeu crime de responsabilidade e se disse alvo de injustiças. “É um processo frágil, juridicamente incompetente, é a maior das brutalidades que pode ser cometida contra qualquer ser humano: puni-lo por um crime que não cometeu. Não existe injustiça mais devas-

tadora do que condenar um inocente”.

Ela acusou o seu adversário na disputa presidencial de 2014, o tucano Aécio Neves de liderar uma oposição “inconformada” com o resultado das eleições e que passou a “conspirar abertamente” pelo seu afastamento. “Tenho sido alvo de intensa e incessante sabotagem. O objetivo evidente tem sido me impedir de governar”, desabafou a então presidenta.

Dilma acrescentou que o maior risco para o país era ser dirigido por um governo “sem voto, que não tem legitimidade”. “A população saberá dizer não ao golpe. Aos brasileiros que são contra o golpe, faço um chamado: mantenham-se mobilizados, unidos e em paz. A luta para democracia não tem data para terminar. E nós vamos vencer”.

Ao lado do ex-presidente Lula e do presidente nacional do PT, Rui Falcão, Dilma repetiu o discurso de que não cometeu crimes. E frisou que os atos dos quais é acusada – mudar gastos do governo sem aprovação do Congresso e manobras contábeis para maquiagem as contas públicas – são “corriqueiros”. “Esses atos foram feitos por todos aqueles que me antecederam. Se não era crime naquela época, também não é crime agora”, advertiu

Em 3 de fevereiro de 2022, quase seis anos depois que Dilma foi destituída de um mandato legitimamente conquistado nas urnas, com mais de 54,5 milhões, o ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), reconheceu que ela sofreu um golpe. O “motivo real” de impeachment de Dilma foi falta de apoio político, não pedaladas, afirmou Barroso, em artigo para a edição de estreia da revista do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri). •



Maio de 1956

JOÃO GUIMARÃES ROSA REINVENTA A LINGUAGEM EM "GRANDE SERTÃO"

O escritor João Guimarães Rosa lança "Grande Sertão: Veredas", pela Livraria José Olympio Editora, em maio de 1956. A primeira coisa que chama a atenção ao ler Guimarães Rosa é a linguagem. A fala dos seus personagens não existe: é uma fala inventada por ele, que misturou uma fala letrada e erudita com outra fala, de raiz sertaneja, temperando essa mescla com transgressões e inovações linguísticas e filológicas – em especial, os neologismos.

A narrativa percorre ruínas, fragmentos, detritos e resíduos de tudo aquilo que o Brasil modernizado pelo desenvolvimentismo de Vargas e de Kubitschek não conseguiu aproveitar e que a República descartou por improdutivo, supérfluo e inútil. Ou seja, a massa compacta de vaqueiros, tropeiros, jagunços, garimpeiros, romeiros, roceiros, caipiras, prostitutas, índios, velhos, mendigos, loucos, doentes, aleijados, idiotas

– uma gente que não vai a parte alguma, ninguém os reivindica, não são ninguém. Apenas uma multidão de depauperados e miseráveis que se desloca, sem parar, saindo do sertão, rumo às grandes cidades que simbolizam a última oportunidade de escapar de um mundo de necessidades e carências absurdas – e que descobre, ao fim e ao cabo, a completa inutilidade desse deslocamento.

Pela via da linguagem é possível ver que o pano de fundo da obra de Guimarães Rosa são os grupos excluídos da República brasileira. Pela via da linguagem, da famosa linguagem inventada por ele, essa gente, os excluídos da nossa República, tem a oportunidade de usar a palavra e aceder à História.

Terra de párias e de desterrados, o sertão de Guimarães Rosa é o que não se vê: o fundo arcaico projetado sobre uma sociedade primitiva que vive longe do espaço urbano e que é aparentemen-

te seu avesso. No argumento do próprio Guimarães Rosa, "sertão é o sem-lugar que dobra sempre mais para adiante, territórios." Sertão é dobra: nem um lado nem outro, mas o que se dá entre; não vai a lugar nenhum, refaz-se sempre no meio do caminho.

Logo no início da narrativa de "Grande Sertão: Veredas", o jagunço Riobaldo Tatarana afirma: "Lugar sertão se divulga: é onde os pastos carecem de fechos; onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador; e onde criminoso vive seu cristo-jesus, arredado do arrocho de autoridade". Sertão é onde todas as coisas ainda estão por fazer, e existe, portanto, uma esperança de expansão do ideal de cidadania; e seu avesso, o lugar do desterro de Riobaldo e de sua gente, a pátria onde muitos brasileiros se equilibram pelas margens da modernidade, sem acesso aos bens, às leis, a um catálogo mínimo de direi-

Reprodução

tos, ao ideário normativo da República.

Rememorar Diadorim é a maneira pela qual Riobaldo se propõe a guiar seu leitor/interlocutor pelo sertão. É a saudade de Diadorim, o desejo de recordar, de chamar Diadorim de volta ao coração que desencadeia em Riobaldo todo o esforço de construir uma narrativa.

É Diadorim, com sua ambiguidade, com sua condição permanentemente híbrida e cambiante, quem aguça nossa sensibilidade para perceber o significado da palavra sertão.

É Diadorim quem revela igualmente o melhor modo para entender essa figuração equívoca do Brasil, essa paradoxal metáfora de uma República construída longe daquilo que é comum. Um país sem lugar, como Diadorim, permanentemente suspenso entre universalismo e particularismo, cidade e interior, modernidade e arcaísmo, autonomia e dependência, miséria e abundância, república e corrupção, desigualdade e democracia, primeiro e quarto mundo.

João Guimarães Rosa começou a publicar tarde. Em 1946, aos 38 anos, lançou "Sagarana", seu primeiro livro. Em 1956, publicou "Corpo de Baile" (que se subdivide em três contos autônomos: "Manuelzão e Miguilim", "No Urubuquaquá, no Pinhém" e "Noites do Sertão"), e seu único romance, "Grande Sertão: Veredas".

Em 1962, saíram "Primeiras Estórias" e, em 1967, ano de sua morte, "Tutameia". Em 1969, a editora José Olympio publicaria dois livros póstumos: "Estas Estórias" e "Ave Palavra".



25 de maio de 1982

REPRESSÃO COMEÇA A QUEIMAR ARQUIVOS

O governador do Rio Grande do Sul, Amaral de Souza (PDS), extingue o Departamento de Ordem Política e Social (Dops) do Estado e manda queimar todos os documentos. Até março de 1983, quando vários Estados passariam a ser administrados pela oposição, outros governadores do PDS iriam encerrar os Dops locais, destruiriam arquivos ou mandariam transferi-los para o Serviço Nacional de Informações (SNI). A operação de ocultamento dos crimes da repressão na ditadura entrava numa nova fase.

Os Departamentos ou Delegacias de Ordem Política e Social, vinculados às Secretarias da Segurança Pública dos Estados, existiam no país desde 1928, realizando sistemática repressão ao movimento operário. Nos cinco primeiros anos da ditadura, tiveram papel central na repressão política, especialmente na Guanabara (antigo nome do Estado

do Rio de Janeiro), em São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul. Com o fim do Dops gaúcho, o governador Amaral de Souza antecipava-se a uma provável vitória do candidato do PMDB - que acabou não ocorrendo.

O Dops de São Paulo seria extinto às vésperas da posse do governador eleito pelo PMDB, Franco Montoro. O delegado Romeu Tuma, último chefe do Dops paulista, foi nomeado diretor da Polícia Federal no Estado, para onde foram transferidos os arquivos.

Os arquivos do Dops do Rio também foram enviados para autoridades federais antes da posse do governador eleito pelo PDT, Leonel Brizola. Em Minas, os documentos foram simplesmente escondidos - só viriam à tona a partir do trabalho de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Assembleia Legislativa, em 1997.



19 de Maio de 1967

'TERRA EM TRANSE', DE GLAUBER ROCHA, É PREMIADO EM CANNES

O longa-metragem "Terra em Transe", dirigido por Glauber Rocha, é exibido no Festival de Cannes e ganha dois prêmios. Ambientado em Eldorado, país imaginário da América do Sul, o filme acompanha as trajetórias de um poeta e militante (Jardel Filho), um político de direita (Paulo Autran) e um líder populista (José Lewgoy), traçando um painel da política do começo dos anos 1960.

O filme é considerado um espetáculo poético sobre o transe político pelo qual passavam países da América Latina. É também considerado o mais

importante e polêmico filme de Glauber e um dos precursores do movimento tropicalista.

O herói da trama é o poeta e jornalista Paulo Martins, vivido por Jardel Filho, especializado em trabalhar para políticos. Na fictícia república de Eldorado, campanhas políticas são polarizadas e confusas. Dois líderes disputam a Presidência: o religioso Porfírio Diaz (Paulo Autran) e o ex-sindicalista Felipe Vieira (José Lewgoy). Paulo é assessor de Diaz, mas se cansa com falsas promessas e passa a apoiar o opositor. Erra de novo. Como o rival, jura combater a

fome e governar "para todos". Mas faz um pacto com políticos e empresários desonestos, entre eles, Júlio Fontes (Paulo Gracindo), o magnata da TV.

Após a consagração em Cannes, "Terra em Transe" estrearia no Brasil, mas sua exibição ficara proibida durante algum tempo. Para a censura, o filme era subversivo. Em 2004, foi exibido, após ser recuperado, no Festival de Cinema de Cannes. O negativo original do filme foi perdido, sendo que o material usado para a restauração era uma master feita na Alemanha nos anos 70.

15 de maio de 1984

BOIAS-FRIAS EM GREVE ENFRENTAM A DITADURA MILITAR BRASILEIRA

Cerca de dez mil boias-frias (trabalhadores rurais temporários) da região de Guariba (SP) entram em greve por melhores salários, condições de trabalho e de vida. Foi a primeira paralisação organizada por essa ca-

tegoria de trabalhadores, recrutados para trabalhar na colheita de cana-de-açúcar e de laranja sem carteira assinada e muitas vezes em condições semelhantes ao trabalho escravo.

A greve durou cinco dias

e terminou num acordo intermediado pelo governo de São Paulo. Uma onda de greves de boias-frias se estenderia pelo interior de São Paulo e sul de Minas Gerais até o mês de setembro.



5 a 30 de maio de 1986

BRASIL REDESCOBRE OS 'ANOS DOURADOS'

A TV Globo exibe a minissérie "Anos Dourados", que traça um painel sobre o período que vai do final dos anos 1950 ao golpe militar de 1964. Escrita por Gilberto Braga e dirigida por Roberto Talma, a minissérie mostra a era JK, marcada pela construção de Brasília, a chegada da indústria automobilística e as grandes obras de infraestrutura que garantiram maior integração regional ao país.

Nessa fase, o Brasil passava por uma grande efervescência política, com fortalecimento dos sindicatos, dos movimentos sociais e dos partidos de esquerda. Vivia também uma verdadeira revolução estética, com o surgimento da Bossa Nova, do Cinema Novo e de companhias teatrais de vanguarda. Romances marcantes foram publicados nesse período. Os costumes e a moral conservadora começavam a ser contestados.

O painel de época traçado

por Braga tem no centro da narrativa o romance entre a normalista Lurdinha, vivida pela atriz Malu Mader, e Marcos, estudante do Colégio Militar interpretado por Felipe Camargo. Lurdinha é filha de um médico respeitado e de uma dona de casa religiosa. Marcos vive com a mãe divorciada, que trabalha em uma boate, e é filho de um músico da noite. O casal enfrenta a oposição da conservadora família dela. A partir do romance, o Brasil de um período promissor, que combinou democracia, desenvolvimento e participação popular, é revelado às gerações que deixavam para trás os 21 anos de ditadura e apostavam na construção de um novo país.

A minissérie foi sucesso entre telespectadores de diferentes faixas etárias e foi licenciada para exibição em mais de 20 países. A canção-tema com o mesmo título, de autoria de Tom Jobim, tornou-se um clássico da música popular brasileira.



João Ramid/CPDocJB

8 de maio de 1991

SAI DE CENA ZÉLIA, A GERENTE DO CONFISCO

É anunciada a demissão da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello. Duramente criticada em razão do Plano Collor e do confisco da poupança, seu desgaste chegou ao ápice após o fracasso do Plano Brasil Novo (Plano Collor 2), que não conseguiu conter a alta da inflação. Zélia foi substituída pelo então embaixador brasileiro nos EUA, Marcílio Marques Moreira, que tomaria posse dois dias depois. O novo titular da pasta acena com uma política mais ortodoxa e gradualista.

A revelação de que ela e o ex-ministro da Justiça Bernardo Cabral mantinham um romance também contribuiu para seu enfraquecimento. Pouco tempo depois de seu afastamento, Zélia lançou uma biografia autorizada ("Zélia, Uma Paixão") assinada pelo escritor Fernando Sabino. No livro, ela fala de sua passagem pelo governo e do relacionamento com Cabral.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br ou memorialdademocracia.com.br



A MUTANTE JÁ NOS FAZ FALTA

O Brasil perde a rainha do rock, a mais perfeita tradução da produção musical brasileira nas últimas cinco décadas. Rita Lee Jones, patrimônio nacional, sobe para o céu aos 75 anos de idade

Bia Abramo

Por vezes, a despedida de um artista faz revelar ainda mais a sua dimensão e importância. Rita Lee, que morreu na terça-feira, 9, está nessa categoria. Havia uma Rita para cada fã que se manifestou em público, para cada artista que lamentou sua partida, para cada pessoa que tentou de avaliar seu legado ou que simplesmente, no escurinho do seu quarto, da sua sala voltou a ouvir suas canções ou ler seus livros.

Cantora, compositora, letrista, Rita Lee Jones navegou pela história da música popular brasileira desde que despontou n'Os Mutantes com as armas do rock – ou do “roque enrow”, como preferia. A forma abasileirada para designar sua escolha musical, falada com seu sotaque paulistano inconfundível ou grafada em uma de suas letras-manifesto, “Esse Tal de Roque Enrow”, diz muito sobre o lugar pelo qual Rita brigou e conquistou em sua carreira, iniciada ainda na década de 1960.

Era, de partida, o rock, o rock'n'roll, gênero mutante por si mesmo. Mas era rock tocado, composto e produzido neste país da periferia do capitalismo, o Brasil, mais especificamente na ainda distante e quase obscurecida cidade de São Paulo como locus de produção de música. Era também um conjunto de sonoridades estridentes, estrangeiras, a princípio alienadas e alienígenas das mui-

tas outras que soavam ou eram classificadas como mais pertinentes ao solo em que vicejavam, como o samba, o baião, o forró, a bossa nova, o bolero.

Ainda, no rock, havia, como regra não-escrita, mas sobejamente praticada, uma proeminência masculina, uma linguagem e um imaginário de potência, habilidade e força reservado aos garotos como protagonistas e às garotas como coadjuvantes ou platéia.

Evidentemente, essa leitura dos desafios enfrentados pela artista só pode ser feita a posteriori e ainda não estavam todos postos quando Rita e os irmãos Arnaldo e Sérgio formaram um “conjunto”, como se dizia à época, na casa dos pais dos meninos no bairro da Pompéia. A história de como os irmãos Baptista e Rita Lee conceberam e formaram Os Mutantes, banda que trazia uma expertise para os instrumentos eletrificados e eletrônicos que invadiram a MPB a partir dos festivais da Record e uma compreensão do rock que superava em muito as aproximações derivativas da Jovem Guarda, está melhor mapeada e registrada na excelente biografia de Carlos Calado publicada em 1995.

Vale, no entanto, lembrar a brevidade do meteoro mutante: em 12 anos – entre 1966 e 1978 –, lançaram seis discos, mudaram de formação duas vezes e encerraram numa disputa dolorosa, ainda em 1972, que misturou o fim de um projeto de música e de um casamento, o de Rita e Arnaldo.

Expulsa dos Mutantes, Rita sairia sozinha do sítio de sua casa na Cantareira, onde Arnaldo, Sérgio, Liminha e Dinho, ou seja, “os caras” estavam fazendo experimentos na direção do rock progressivo e psicodélico espacial e declararam não haver lugar para ela, Rita, dada o fato de ela não ser virtuose em nenhum instrumento – os detalhes dessa separação abrupta estão parcialmente relatados por ela em sua autobiografia.

Ainda sob obrigação contratual de lançar um disco solo, Rita reuniria composições com Arnaldo e versões para o excelente “Hoje é o primeiro dia do resto da sua vida”, espécie de disco-testamento d’Os Mutantes, na versão anárquica & de humor nonsense da parte feminina e escorraçada da banda, com requintes de crueldade machista.

Rita, no entanto, não se abateu para sempre. Formou uma dupla acústica, com pegada folk, com a cantora, compositora e guitarrista Lucinha Turnbull, as Cilibrinas do Éden. Apresentaram-se juntas no Phono 1973 – e ironicamente, logo depois de Os Mutantes, o que seria uma espécie de sentença de morte para a dupla, pois naquele início da década de 1970, não havia como uma dupla acústica e feminina de rock fazer frente à parede de sonzeira do ex-grupo de Rita.

Era preciso preparar a primeira grande guinada de sua carreira e, para isso, ela se juntou ao Tutti Frutti, do guitarrista Luis Sérgio

Carlini e do baixista Lee Marcucci, com suas composições, e de Turnbull à tiracolo. A química entre o instrumental da dupla Carlini, Marcucci, mais a poética das composições de Rita & Lucinha resultaria num projeto sólido de rock pesado, com ecos dos temas da contracultura. A partir da parceria com o Tutti Frutti, que durou entre 1973 e 1978 e rendeu quatro discos, Rita se fixaria como o maior e mais popular nome do rock brasileiro.

Com uma capacidade enorme de comunicar e traduzir sentimentos de inadequação, da revolta juvenil difusa e do inconformismo naqueles anos duros e caretas da Ditadura, ela criou verdadeiros hinos – e aí há de se mencionar “Ovelha Negra”, “Mamãe Natureza”, “Esse Tal de Roque Enrow”, “Agora Só Falta Você”, canções cujas letras colaram como adesivos permanentes na sensibilidade de ouvintes.

Há que se mencionar que Rita, então já uma mulher chegando aos 30 anos, mesmo nas baladas mais românticas conseguia trazer para suas canções as mudanças da sexualidade e do comportamento afetivo das meninas e mulheres – “Um belo dia vou lhe telefonar/ Pra lhe dizer que aquele sonho cresceu/ No ar que eu respiro/ Eu sinto prazer/ De ser quem eu sou, de estar onde estou/ Agora só falta você, yeah, yeah”, em “Agora só falta você”.

Ao final dos anos 1970, a parceria musical e afetiva com Roberto de Carvalho, com quem teve o primeiro filho em 1977, cresceria a ponto de provocar uma outra grande mudança na carreira de Rita. Em 1978, ela se despede do Tutti Frutti e aí sim se firma como artista solo, com um primeiro álbum chamado simplesmente “Rita Lee”, em 1979.

É o disco em que se vê em primeiro plano os cabelos de um ruivo intenso e o perfil de Rita, mas é



PIONEIRISMO Ao lado dos irmãos Arnaldo e Sérgio Dias Baptista, Rita foi precursora do rock brasileiro nos anos 60 integrando a banda Os Mutantes

sobretudo o disco que ficou também conhecido por “Mania de Você”, devido ao enorme sucesso da faixa homônima.

Com uma pegada mais pop do que as pretensões hard rock do Tutti Frutti, o disco teria baladas românticas como “Doce Vampiro”, pop dançante como “Chega Mais” e até a parte dois da canção-provocação “Arrombou a festa”. Mas foi “Mania de Você”, um poema apaixonado, corporal, que se tornou hit instantâneo.

Nessa fase mais bem comportada (ou centrada) com Roberto Carvalho, que chegou a decepcionar aqueles que preferiam a Rita roqueira, ovelha negra, com “cara de bandida”, ela colecionaria sucessos atrás de sucessos. Novamente, ela era a nova novidade da MPB. As relações de amizades e parcerias de Rita com o time número um da MPB vinham de longe, da era dos festivais televisivos, quando apresentaram canções vencedoras de festival com Gilberto Gil (“Domingo no Parque”) e Tom Zé, e foram convidados a participar do “Tropicália ou Panis Et Circenses”.

Em 1977, Gil & Rita, na mesma sintonia de descoberta do poder dançante do pop brasileiro, gravam um LP inteiro em parceria, “Refestança”. Numa letra paródica, “Arrombou a Festa”,

Rita Lee faria ao mesmo tempo críticas agudas e implacáveis do estado das coisas na MPB e uma espécie de profecia do que viria nos anos 1980.

No refrão, ela anuncia: “Ai, ai, meu Deus, o que foi que aconteceu/ Com a música popular brasileira?! Todos falam sério, todos eles levam a sério/ Mas esse sério me parece brincadeira” para em seguida citar explicitamente o que lhe parece, por assim dizer, fora do eixo: a invasão de um certo brega popularesco – “Benito lá de Paula com o amigo Charlie Brown/ Revive em nosso tempo o velho e chato Simonal” – e a certa acomodação dos grandes astros – “Dez anos e Roberto não mudou de profissão/ Na festa de arromba ainda está com seu carrão”.

A canção ainda alfinetava: “E o mano Caetano tá pra lá de Teerã/ De olho no sucesso da boutique da irmã”. Escrita em 1977, causou muita polêmica indignada, mas tanta que Rita não se fez de rogada e ainda emplacou a segunda parte no disco solo de 1979: “Quando a gente fala mal/ A turma toda cai de pau/ Dizendo que esse papo é/ Besteira”.

À parte a justiça ou injustiça das alfinetadas, o fato é que Rita diagnosticou com precisão o que seria a tônica da década de 1980



CUMPLICIDADE Com marido Roberto de Carvalho, Rita Lee construiu uma carreira de sucesso a partir de 1979 que a colocou no estrelato da MPB

das grande gravadoras. Um certo cansaço criativo da “grande” MPB, espremida entre a produção de hits e agenda de shows e a produção pasteurizante dos discos. E a emergência de uma música mais popular, nas rádios e na TV, com pouca ou nenhuma relação com os gêneros ou estilos considerados de “bom gosto”.

Rita, nessa encruzilhada, optou mais conscientemente por um projeto cada dia mais pop, cada dia mais diva, cada dia sublinhando mais performance roqueira. Mais ainda do que antes, entrou num personagem de si mesmo, da roqueira irreverente, mas romântica, da mulher madura que falava abertamente sobre sua sexualidade e que conservava a energia juvenil da provocação e do confronto. Em Rita, artista de muita “imensidão” como definiu o amigo Gilberto Gil, cabia tudo isso e muito mais.

A versatilidade musical da artista espalhou para outras formas de expressão. Fez pontas como atriz em novelas e programas cômicos a partir da década de 1980, como “Top Model” (1989) e “Vamp” (1991) e “Sai de Baixo” (1997). Na MTV, foi apresentadora de um programa só dela, o “TVleezão”, e no GNT, apresentou um talk show em 2005, “Madame Lee”. No rá-

dio, ainda ao final do anos 1980, após o rompimento de seu contrato com a Som Livre, em 1986, dedicou-se – com a parceria do amigo escritor Antonio Bivar – a um programa de rádio chamado Radioamador, na 89 FM, para o qual adotou o pseudônimo de Lita Ree, na melhor tradição dos trocadilhos e jogos de palavras de suas letras.

Não se pode deixar de mencionar que sua intimidade com a língua portuguesa também

**NOS SEUS 56 ANOS
DE CARREIRA,
RITA BRILHOU
COMO CANTORA,
COMPOSITORA,
APRESENTADORA,
ESCRITORA E ATRIZ,
SEMPRE COM
MUITO HUMOR**

extrapolou as letras de música: escreveu cinco livros infantis, um de contos (“Dropz”, 1995), a primeira parte de uma autobiografia em 2016 e uma segunda parte que será publicada ainda em maio de 2023 – ou ainda, como preferia a autora, uma “outra” autobiografia.

Rita adentrou nos anos 2000 ainda com o gás de quem, ao mesmo tempo, cada vez mais vivia para seus projetos profissionais múltiplos, a música e os shows sempre à frente e, ao mesmo tempo, também caseira e quase reclusa, na companhia do marido Roberto Carvalho, os três filhos – um deles, também músico – e animais.

Seu último disco, “Reza” é de 2012, ano em que anunciou sua aposentadoria das grandes turnês e dos palcos. Ainda assim, em 25 de janeiro de 2013, data do aniversário de 259 anos da fundação de São Paulo, ela se apresentaria no Anhangabaú, ocasião em que fez sua declaração de amor à sua cidade natal: “Eu acho que São Paulo é a ovelha negra do Brasil. (...) Já fiz tanto por São Paulo. Já ameacei até me mudar. Mas São Paulo não para. É isso que é do caralho, não paramos. Na boa, se não fosse São Paulo, o Brasil seria menos. Daqui não saio, daqui ninguém me tira”.

Santa Rita de Sampa, a Padroeira das Ovelhas Negras, realmente não saiu mais da cidade caótica, diversa, frenética cujo imaginário ela ajudou a construir e cujos manias e símbolos, do sotaque às gírias, do amor ao time de futebol com a maior torcida de São Paulo, o Corinthians, ela cultivou em toda sua carreira. Seu velório no Planetário do parque Ibirapuera, lugar que frequentava na infância, reuniu na última quarta-feira mais de 10 mil pessoas que foram ali prestar sua última homenagem.

Evoé, Rita Lee. •

ÀQUELES POR CONTA PRÓPRIA

Livro lançado pelo Reconexão Periferias traz diagnóstico de um mercado em expansão e propostas para apoiar os 25 milhões de brasileiros que estão na luta por dias melhores. A maioria nem quer mudar de vida, mas segue na labuta

Isaías Dalle

São aproximadamente 25 milhões de pessoas vivendo de trabalho por conta própria no Brasil, segundo estimativas. A imensa maioria, a despeito da terminologia “empreendedorismo” tentar igualar todos os que compõem esse segmento, lida com falta de apoio estatal e bancário, muitas vezes acumula tarefas produtivas com os cuidados dos filhos e até pais que moram na mesma casa, transformadas em locais de trabalho.

Vinte milhões deste contingente obtêm renda mensal inferior a R\$ 2 mil, apesar de desempenharem um trabalho complexo, que exige aperfeiçoamento constante para tomar decisões, manejar novas ferramentas, como a tecnologia digital, e ainda acumular tarefas que vão da limpeza e organização do espaço até a fabricação do produto ou prestação do serviço. Isso quando não precisam sair para vender produtos.

Esse diagnóstico, ampliado, junto com propostas para oferecer melhores condições de sobrevivência e expansão dessa atividade, combinadas com proteção social a quem nela atua, são o objeto do livro “Viver por Conta Própria. Como Enfrentar Desigualdades Raciais, de Classe e Gênero e Apoiar a Economia Popular nas Periferias Brasileiras”, lançado na semana passada pelo projeto Re-

Divulgação/FPA



PREOCUPAÇÃO Os organizadores do livro estiveram reunidos na FPA para o lançamento da obra, que joga uma luz sobre o mercado de trabalho

conexão Periferias, da Fundação Perseu Abramo.

Neste quadro de dificuldades, pelo menos dois aspectos têm escapado à observação de parte dos analistas e dos formuladores de políticas públicas. O primeiro é que muitas pessoas que vivem por conta própria não pretendem trocar esse meio de sustento por um trabalho com vínculo empregatício. O outro é o crescimento consistente desse mercado, que mostra sua permanência e também suas possibilidades.

Trata-se de uma opção que se torna preferencial para muitos e, especialmente, de um mercado que veio para ficar. A formalização do mercado de trabalho, outrora imaginada como resposta, já não dá conta do desafio. O livro traz esse novo olhar sobre o trabalho por conta própria. Não o embala com as cores da fantasia neoliberal

do empreendedorismo como passaporte para o sucesso, tampouco como entrave que seria superado com as tradicionais ferramentas do sindicalismo ou da CLT.

Fruto de uma parceria com o Laboratório de Sociologia do Trabalho da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e com a Rede Brasil Afroempreendedor (Reafro), “Viver por Conta Própria” avança também no detalhamento das dificuldades enfrentadas pelas camadas populares que se inserem nesse mercado, com especial atenção aos desafios impostos à parcela majoritária, as mulheres e os negros de ambos os sexos.

O livro traz ainda uma série de propostas para fortalecimento econômico de quem trabalha sem padrão e de políticas públicas que os insiram, e suas famílias, na rede de proteção social. Está disponível no portal da FPA. •

Organização

Jacques Mick

João Carlos Nogueira

VIVER POR CONTA PRÓPRIA

Como enfrentar
desigualdades
raciais, de classe e
gênero e apoiar a
economia popular
nas periferias
brasileiras

RECONEXÃO
PERIFÉRIAS

FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

VIOLÊNCIA NO BRASIL

desafio das periferias

Disponível no site da Fundação Perseu Abramo

<https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/violencia-no-brasil-desafio-das-periferias/>

Organização

Felipe da Silva Freitas

Amanda Pimentel | Artur Henrique dos Santos | Bruno Langeani | Dandara Tonantzin Silva Castro | Danilo Sales do Nascimento | Dudu Ribeiro | Felipe da Silva Freitas | Gustavo Queiroz | Jackeline Aparecida Ferreira Romio | Juliana Borges da Silva | Juliana Gonçalves | Máira de Deus Brito | Pablo Nunes | Paulo César Ramos | Poliana da Silva Ferreira | Ricardo Moura | Silvia Ramos | Sofia Helena Monteiro de Toledo Costa

RECONEXÃO
PERFERIAS

FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores